

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
COMÉRCIO INTERNACIONAL**

**FELIPE BERNARDI ZORZO**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGENDA 2030: UMA ANÁLISE DO  
DESEMPENHO BRASILEIRO**

**CAXIAS DO SUL**

**2022**

**FELIPE BERNARDI ZORZO**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGENDA 2030: UMA ANÁLISE DO  
DESEMPENHO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação, apresentado ao curso de Comércio Internacional da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comércio Internacional.

Orientadora: Dra. Fernanda Lazzari

**CAXIAS DO SUL**

**2022**

Dedico este trabalho aos meus pais e avós  
que sempre me apoiaram  
incondicionalmente.

## RESUMO

A sustentabilidade vem se fazendo cada vez mais presente no cotidiano da população mundial, porém, ainda não o suficiente para garantir um futuro próspero e plenamente sustentável. Sendo assim, foi instituída pela Organização das Nações Unidas ONU, a Agenda 2030, cujo seu objetivo é orientar as nações mundiais para trilharem juntas rumo a um mundo melhor. Esta agenda está subdividida em 17 objetivos, que visam integrar e auxiliar o desenvolvimento sustentável. Frente a isso, o objetivo desse estudo foi analisar os objetivos de desenvolvimento sustentável do Brasil para com a Agenda 2030. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de carácter exploratório com base em dados secundários, em que foram analisados 17 indicadores, a fim de identificar a evolução do Brasil perante a Agenda. Os resultados dessa pesquisa evidenciaram que o Brasil apresenta boa evolução no que diz respeito aos indicadores que dizem de participação das energias renováveis na Oferta Interna de Energia. Por outro lado, o país mostra pouca evolução em aspectos como a redução da taxa de pobreza extrema.

**Palavras chave:** Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ONU. Indicadores Brasileiros.

## **ABSTRACT**

Sustainability is becoming more and more present in the daily life of the world's population, however, it is still not enough to guarantee a prosperous and fully sustainable future. Therefore, the 2030 Agenda was established by the United Nations, whose objective is to guide the nations to walk together towards a better world. This agenda is subdivided into 17 objectives, which aim to integrate and support sustainable development. Therefore, the objective of this study was to analyze Brazil's sustainable development objectives in relation to the 2030 Agenda. To this end, an exploratory research was carried out based on secondary data, in which 17 indicators were analyzed in order to identify the evolution of Brazil before the Agenda. The results of this research showed that Brazil presents a good evolution with regard to the indicators that concern the share of renewable energies in the Internal Energy Supply. On the other hand, the country shows little progress in aspects such as the reduction of the extreme poverty rate.

**Keywords:** Agenda 2030. Sustainable Development Goals. UN. Brazilian indicators.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |   |
|---------|---|
| CNI     | Confederação Nacional da Indústria  |
| ODM     | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio                                   |
| ODS     | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável                                  |
| OIT     | Organização Internacional do Trabalho                                     |
| ONU     | Organização das Nações Unidas   |
| PIB     | Produto Interno Bruto   |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                           |
| CONSEA  | Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional                       |
| GTSC    | Grupo de Trabalho da Sociedade Civil                                      |
| SUS     | Sistema Único de Saúde  |
| CFM     | Conselho Federal de Medicina  |
| INEP    | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais                    |
| UNESCO  | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura      |
| FEM     | Fórum Econômico Mundial   |
| PNAD    | Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios                             |
| PPC     | Paridade de poder de compra   |
| PNI     | Plano Nacional de Imunização  |
| PNUD    | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento                         |
| CNE     | Conselho Nacional de Educação   |
| TEP     | Tonelada equivalente de petróleo  |
| UPI     | União Interparlamentar  |
| PIB     | Produto Interno Bruto   |
| CNI     | Confederação Nacional da Indústria  |
| SEEG    | Sistema de Estimativas de Emissões de Gases e Efeito                      |
| ABRELPE | Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais |
| PNMC    | Política Nacional sobre Mudança do Clima                                  |
| SNIF    | Sistema Nacional de Informações Florestais                                |

|      |                                     |
|------|-------------------------------------|
| US\$ | Dólar dos Estados Unidos            |
| CNM  | Confederação Nacional de Municípios |
| OIE  | Oferta Interna de Energia           |

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade no Brasil, no ano de 2019..... | 43 |
| Figura 2 - Oferta de Energia per capita.....  | 47 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 - Porcentagem da população com atendimento à água potável.....                                     | 45 |
| Tabela 2 - Participação percentual das energias renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE) – Brasil..... | 46 |
| Tabela 3 - Volume de remessas (em US\$) em proporção ao PIB total – Brasil – 2011 – 2019.....               | 56 |

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 - Órgãos da ONU e suas características.....            | 20 |
| Quadro 2 - Objetivos de Desenvolvimento propostos pela ONU..... | 33 |
| Quadro 3 - Propostas estabelecidas pelo governo brasileiro..... | 36 |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>14</b> |
| 1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA .....                                 | 15        |
| 1.2 OBJETIVOS .....  | 18        |
| <b>1.2.1 Objetivo geral</b> .....  | <b>18</b> |
| <b>1.2.2 Objetivos específicos</b> .....   | <b>18</b> |
| 1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....   | 18        |
| <br>   |           |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....   | <b>20</b> |
| 2.1 ONU: FORMAÇÃO E OBJETIVOS.....   | 20        |
| 2.2 AGENDA 2030 E OS ODS .....   | 21        |
| 2.3 SUSTENTABILIDADE.....  | 25        |
| <b>2.3.1 Indústria Verde</b> .....   | <b>26</b> |
| <b>2.3.2 Globalização Sustentável</b> .....  | <b>28</b> |
| <br>   |           |
| <b>3 MÉTODO</b> .....  | <b>30</b> |
| 3.1 COLETA DE DADOS .....  | 31        |
| 3.2 ANÁLISE DE DADOS .....   | 31        |
| <br>   |           |
| <b>4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....   | <b>33</b> |
| 4.1 ANÁLISE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTABELECIDOS PELA ONU..... | 33        |
| 4.2 PROPOSTAS ESTABELECIDAS PELO BRASIL PARA ATENDER AOS ODS.....                    | 35        |
| 4.3 INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PROPOSTAS PELO BRASIL.....                  | 38        |

|   |    |
|---|----|
| 4.4 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO INDICADORES BRASILEIROS.....   | 39 |
| 4.4.1 ODS 1 E INDICADOR SOBRE A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO VIVENDO ABAIXO DA LINHA DE POBREZA NACIONAL.....                       | 39 |
| 4.4.1 ODS 2 E OS SUBSÍDIOS ÀS EXPORTAÇÕES.....  | 40 |
| 4.4.2 ODS 3 E A TAXA DE COBERTURA VACINAL DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS VACINAS INCLUÍDAS NO PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO..... | 41 |
| 4.4.4 ODS 4 E A TAXA DE CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO.....   | 42 |
| 4.4.5 ODS 5 E A PROPORÇÃO DE ASSENTOS OCUPADOS POR MULHERES EM PARLAMENTOS NACIONAIS E GOVERNOS LOCAIS.....                   | 44 |
| 4.4.6 ODS 6 E A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO QUE UTILIZA SERVIÇOS DE ÁGUA POTÁVEL GERENCIADOS DE FORMA SEGURA.....                  | 45 |
| 4.4.7 ODS 7 E A PARTICIPAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA OFERTA INTERNA DE ENERGIA (OIE).....                                  | 46 |
| 4.4.8 ODS 8 E A PROPORÇÃO DE TRABALHADORES OCUPADOS EM ATIVIDADES INFORMAIS.....  | 48 |
| 4.4.9 ODS 9 E O EMPREGO NA INDÚSTRIA EM PROPORÇÃO DO EMPREGO TOTAL.....   | 49 |
| 4.4.10 ODS 10 E A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE REFUGIADOS.....   | 50 |
| 4.4.11 ODS 11 E O NÚMERO DE MORTES, PESSOAS DESAPARECIDAS E PESSOAS DIRETAMENTE AFETADAS ATRIBUÍDO A DESASTRES.....           | 50 |
| 4.4.12 ODS 12 E A TAXA DE RECICLAGEM NACIONAL POR TONELADAS DE MATERIAL RECICLADO.....  | 52 |
| 4.4.13 ODS 13 E AS EMISSÕES TOTAIS DE GASES DE EFEITO ESTUFA POR ANO.....   | 52 |
| 4.4.14 ODS 14 E A COBERTURA DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS MARINHAS.....                                    | 53 |

|  |           |
|--|-----------|
| 4.4.15 ODS 15 E A ÁREA FLORESTAL COMO PROPORÇÃO DA ÁREA TOTAL DO TERRITÓRIO.....                           | 54        |
| 4.4.16 ODS 16 E A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO QUE SE SENTE SEGURA QUANDO CAMINHA SOZINHA NA ÁREA ONDE VIVE..... | 54        |
| 4.4.17 ODS 17 E O VOLUME DE REMESSAS (EM DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS) COMO PROPORÇÃO DO PIB TOTAL.....      | 55        |
| <b>5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>   | <b>57</b> |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>61</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>63</b> |
| <b>ANEXO A.....</b>  | <b>71</b> |
| <b>ANEXO B.....</b>  | <b>84</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se tratado sobre globalização, conceitos de transformação e modernização dos processos e serviços, envolvendo dinâmicas socioeconômicas fortemente ligadas ao comércio internacional, desenvolvimento do capitalismo e avanços tecnológicos. Mudanças trazem consigo tanto desafios, como problemáticas a serem discutidas e solucionadas por órgãos responsáveis a fim de serem colocadas em prática por todos. Por mais que essa temática pareça recente, não é: seu marco inicial se deu ainda no século XIX, quando por meio da Revolução Industrial a modernização global aconteceu de forma crescente e acelerada, integrando mercados de diferentes lugares do mundo (CAMPOS; CANAVEZES, 2007).

A Revolução Tecnológica e o fim da Segunda Guerra e da Guerra Fria, acompanhados de mudanças significativas para os blocos socialistas, trouxeram novos ideais capitalistas. Ideais esses ordenados por Nações ocidentais mais desenvolvidas e mais ricas que impuseram sua cultura e sua perspectiva de produção e disseminação de ideias até mesmo através da força. Dessa forma, países mais pobres transformaram-se em produtores e consumidores daqueles com maiores poderes aquisitivos. Naturalmente, algumas culturas sofreram adaptações e inclusive algumas foram exterminadas (MACHADO; MATSUSHITA, 2019).

Nesse sentido, houve uma fortificação de determinadas culturas, que acabaram influenciando as formas de vestimenta, religião, hábitos e valores, dentre muitos outros aspectos. Conseqüentemente, diferentes países começaram a se espelhar nas grandes potências, com pensamentos e estilos de vida parecidos. Com isso, o desejo de compra de produtos internacionais também despertou, intensificando além do comércio de *commodities*, já bastante utilizado, a compra de produtos manufaturados, de beleza, vestuário, alimentício, visual, etc. A partir de então, a globalização do consumo deu-se de forma acelerada, estendendo-se até os dias atuais (MALVENTANO, 2018).

Dada essa miscigenação de culturas, formações de equipes multiculturais e operações estratégicas, surgiram as multinacionais (que começaram formando cadeias de produção e distribuição globais). A partir daí formaram-se alianças,

contratos de transferência de tecnologias e aquisições de empresas em diferentes partes do mundo. Grandes potências do sudeste asiático surgiram por causa do alto desenvolvimento tecnológico e mão-de-obra barata. Dessa forma, intensificaram a concorrência por preços baixos. O desenvolvimento trouxe consigo transportes mais rápidos e econômicos, impulsionando também as viagens internacionais, que levavam aos consumidores um perfil de compra global, um verdadeiro avanço na qualidade de vida da população. Em contrapartida, trouxe consigo grandes problemas ambientais (CIGNACCO, 2009).

Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), juntamente com os representantes de seus Estados-Membros, no ano de 2015, criou a Agenda 2030, cujo objetivo é o de combater diversos problemas mundiais, como a erradicação da pobreza em suas diversas dimensões. Dentre eles estão os problemas ambientais e sociais, analisados neste trabalho. Além disso, uma análise dos indicadores de cada objetivo especificado na Agenda, suas ações e projetos de melhoria.

Sendo assim, o presente estudo visou analisar o Brasil, participante da Agenda 2030. Para tanto, o trabalho foi estruturado em seis capítulos, iniciou-se pela introdução, onde é apresentada a delimitação do tema, os objetivos e a justificativa. No segundo capítulo: referencial teórico, com a revisão consistente da literatura desenvolvida sobre o tema. Já no terceiro capítulo, detalha-se o método de coleta e a análise de dados. O quarto, contemplará os resultados do estudo em questão e no quinto a far-se-á uma discussão sobre os mesmos. Por fim, o último capítulo, apresentará as considerações finais do estudo, suas implicações, limitações e sugestões de pesquisas futuras.

## 1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo Estender e Pitta (2008), o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu na década de 80. Durante a Comissão de *Brundtland*, foi elaborado um relatório chamado *Our Common Future*. Nesta ocasião, a primeira-ministra norueguesa definiu tratar-se da forma com que as necessidades das atuais gerações são satisfeitas sem, no entanto, comprometer a possibilidade de satisfação das necessidades de gerações futuras.

A partir disso, mudanças e buscas por soluções inovadoras e eficazes foram desenvolvidas. Em consequente, os conceitos sofreram mudanças com o passar do tempo. Camargo (2003) caracteriza o desenvolvimento sustentável como um processo de transformação e exploração de recursos com orientação e direção de investimentos e desenvolvimento tecnológico. Mudanças institucionais se harmonizam e reforçam tal harmonia entre presente e futuro, atendendo assim às necessidades atuais e futuras.

Layrargues (1997) afirma que o desenvolvimento sustentável já não faz parte dos conceitos de ambientalismo ou proteção ambiental, mas sim, consiste em desenvolver tecnologias limpas e sustentáveis, tendências do mercado, que visam a unir o desenvolvimento ao meio ambiente. Ainda segundo o autor, o desenvolvimento adotado até então, já com sinais de fraqueza na resolução de problemas econômicos, deve ser estudado e substituído por novos métodos de soluções e preservação.

A adoção de uma postura sustentável da indústria faz-se cada vez mais necessária. Fazer parte do “mercado verde” está atrelado a fatores competitivos com uma demanda crescente por produtos sustentáveis e economia limpa. A partir disso, as indústrias por suas responsabilidades, buscam mão-de-obra qualificada, além de claro, uma gerência alinhada. A reestruturação produtiva resulta em uma introdução tecnológica, podendo ser positiva, exigindo novos espaços, visando a incorporar em seu quadro de colaboradores profissionais qualificados e empenhados em colocar em prática seus “conhecimentos sustentáveis” e ao mesmo tempo substituindo algumas ocupações (BONELLI; LAZZARESCHI, 2012).

Conforme Pedro (2020), no Brasil, a busca é por um desenvolvimento sustentável resiliente, promovendo e fomentando a inovação para uma indústria inclusiva. Para tanto, será necessária a adoção de novos modelos de negócios e da indústria 4.0, que consiste essencialmente em cidades inteligentes e sustentáveis. Com isso, a significativa redução de emissão de poluentes, concomitante aos recursos naturais, econômicos e humanos usados de forma racional e produtiva, gerarão resultados positivos a médio e curto prazo, considerando o foco em processos inteligentes e gestão de automação.

O incentivo à “Indústria Verde” foi destacado na publicação da Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2013), focado nos resultados positivos e expressivos sobre

a produção industrial e uso adequado de recursos naturais. Para isso, seria necessário o aprendizado do setor produtivo, com aperfeiçoamentos digitais e modelos economicamente viáveis e inovadores, impactando positivamente no meio ambiente (PEDRO, 2020).

O conceito “Desenvolvimento Sustentável” é sinônimo de equilíbrio entre a sociedade, sua economia e os recursos naturais, fatores que devem receber atenção, porque além da necessidade de preservação, geram riqueza através do turismo consciente, setor mundialmente reconhecido no Brasil. Com o rápido avanço e desenvolvimento das grandes metrópoles, diversas regiões brasileiras usaram e abusaram de seus recursos naturais disponíveis sem pesar as consequências. Por isso, a adoção de cuidados com recursos básicos e o equilíbrio entre o bem estar social e econômico serão fundamentais para um progresso consciente. Dentre os diversos apontamentos, o governo brasileiro relaciona como um dos fatores influenciadores a desigualdade social e regional (MIGUEL et al., 2010).

Assim, foram introduzidos novos conceitos: metabolismo industrial e ecoeficiência, desenvolvidos com o objetivo de estreitar as relações entre indústria e meio ambiente. Para que tal objetivo seja atingido com sucesso, criam-se até mesmo parcerias entre empresas, compartilhando bens naturais e utilizando-os de forma reduzida e responsável, destacando a inovação tecnológica como um alicerce. Sugere-se, inclusive, que ao invés da utilização “*fin del tubo*”, que traduzida para o português, significa “final do tubo”, consistindo na utilização de filtros ao final da produção, que seja empregado outro método, chamado de “*producción más limpia*”, tratando-se de uma produção mais limpa a fim de evitar os poluentes emitidos durante o processo (GARCIA SALAZAR, 2008).

Frente ao exposto, este estudo buscou responder à seguinte questão de pesquisa: Quais os objetivos de desenvolvimento sustentável do Brasil frente a Agenda 2030?

## 1.2 OBJETIVOS

Para responder ao problema de pesquisa estabeleceram-se os seguintes objetivos geral e específicos:

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar o desempenho brasileiro para com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Buscando atingir o objetivo geral, ficaram determinados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU na Agenda 2030;
- b) Mapear as metas estabelecidas pelo Brasil para atender aos ODS;
- c) Analisar indicadores brasileiros relacionados a cada um dos ODS.

## 1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Segundo Shiroma e Zanardini (2020), o desenvolvimento sustentável visa a equilibrar a produção e o meio ambiente, prevenindo o aumento da pobreza tanto das gerações atuais como das futuras. Organizações, ao dirigirem-se aos países “menos desenvolvidos”, preocupam-se com o alívio da pobreza, não por razões humanitárias, mas econômicas.

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com seus objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), desenvolvem ações de conscientização e mudanças significativas na sociedade e na indústria, promovendo inovações tecnológicas, com a finalidade de melhorar os fatores econômicos (MARQUES, 2019). Observando noções de sustentabilidade, edificadas e manipuladas para literaturas acadêmicas e buscando evidências de desenvolvimento, encontram-se visões inicialmente sustentáveis, estando atreladas a conceitos de desenvolvimento e corporações. Com isso, observa-se não apenas um crescimento

global consciente, mas oportunidades de melhorias e ações sustentáveis positivas (BANERJEE, 2003).

No que se refere à gestão eco sustentável, contrariamente ao tradicional, busca alinhar a gestão empresarial com a gestão de impactos ao meio ambiente. Conseqüentemente, gera, por exemplo, a redução da utilização de insumos (SHRIVASTAVA, 1995). Uma cadeia de suprimentos sustentável, traz consigo benefícios estratégicos efetivos, buscando através da competitividade e segurança a aprovação futura dos “*stakeholders*” (MARKLEY et al., 2007).

Sendo assim, o presente estudo foi importante para uma completa análise do cenário Brasileiro, visando a entender suas contribuições para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável. Teve como foco analisar a indústria verde e os caminhos para atingir produções limpas e sustentáveis, beneficiando o comércio internacional e pensando possíveis meios de solução e contribuição para tornar processos de industrialização e comercialização limpos, de acordo com as metas estabelecidas pela ONU.

Esta pesquisa contribui para que empresas e organizações, por meio da inovação e da tecnologia sustentável, trilhem caminhos para um futuro livre de poluentes e degradação, atingindo, na prática, o verdadeiro objetivo de desenvolvimento sustentável. Além disso, possibilitará identificar as principais dificuldades encontradas pelo país, os desafios e as novas tendências mundiais no que diz respeito à globalização sustentável.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ONU: FORMAÇÃO E OBJETIVOS

A ONU é uma organização internacional fundada em 1945 e atualmente composta por 193 Estados membros, cujo trabalho é guiado pelos propósitos e princípios contidos em sua Carta de Fundação e sua evolução ao longo dos anos. Busca acompanhar um mundo em rápida mudança. Em contrapartida, é onde todas as nações do mundo podem se reunir, discutir problemas comuns e encontrar soluções compartilhadas que beneficiam toda a humanidade (ONU, 2021).

O número de membros da ONU cresceu dos 51 Estados originais em 1945 para os atuais 193 em 2021 (ONU, 2021), tendo como principais órgãos: Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado, cujas características estão expostas no Quadro 1

Quadro 1 - Órgãos da ONU e suas características

(continua)

| Órgão da ONU                | Principais Características   |
|-----------------------------|--|
| Assembleia Geral            | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Principal órgão deliberativo, político e representativo da ONU;</li> <li>- Todos os Estados-Membros estão representados;</li> <li>- Na sessão anual (em setembro), decide-se sobre temas como paz e segurança, admissão de novos membros e questões orçamentárias.</li> </ul>   |
| Conselho de Segurança       | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Possui 15 membros (sendo 5 permanentes e 10 não permanentes);</li> <li>- Cada integrante possui direito a um voto e todos são obrigados a cumprir as decisões do conselho;</li> <li>- Assume liderança na existência de uma ameaça à paz;</li> <li>- Pode recorrer à imposição de sanções ou mesmo autorizar o uso da força para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais.</li> </ul>   |
| Conselho Econômico e social | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Principais órgãos de coordenação, revisão de políticas, diálogo e recomendações sobre questões econômicas, sociais e ambientais;</li> <li>- Supervisiona órgãos subsidiários e especialistas;</li> <li>- É a plataforma central das Nações Unidas para reflexão, debate e pensamento inovador sobre o desenvolvimento sustentável.</li> </ul>   |
| Conselho de Tutela          | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Forneceu supervisão internacional para 11 territórios tutelados e garantiu que medidas adequadas sejam tomadas para preparar os territórios para o autogoverno e independência até 1 de novembro de 1994;</li> <li>- Abandonou a obrigação de reunir-se anualmente e concordou em se reunir quando necessário - por decisão de seu Presidente, ou a pedido da maioria dos seus membros ou da Assembleia Geral ou do Conselho de Segurança.</li> </ul> |

(conclusão)

|                                |  |
|--------------------------------|--|
| Corte Internacional de Justiça | <ul style="list-style-type: none"> <li>- É o principal órgão judicial das Nações Unidas;</li> <li>- Sua função é resolver disputas jurídicas e dar pareceres consultivos, submetidos por órgãos e agências autorizadas</li> </ul>  |
| Secretariado                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- É composto pelo Secretário-Geral e dezenas de milhares de funcionários internacionais;</li> <li>- É o Diretor Administrativo da organização, nomeado pela Assembleia Geral sob recomendação do Conselho de Segurança por um mandato de cinco anos renovável;</li> <li>- É também um símbolo dos ideais da Organização e um defensor de todos os povos do mundo, especialmente os pobres e vulneráveis.</li> </ul> |

Fonte: Baseado em ONU (2021).

Os funcionários da Instituição são selecionados internacionalmente, cujas vagas são disponibilizadas diariamente. São necessidades de funções diversas e oferecidas para todos os graus de formação e qualificação. Trabalhar na Organização das Nações Unidas é uma tarefa árdua e complexa, tendo em vista que a pessoa deverá representá-la valentemente. Para estas vagas, são escolhidos indivíduos com alto grau de eficiência, tendo a certeza de que todas as tarefas serão realizadas com eficácia, desenvolvendo atividades em postos de serviço e em missões de manutenção da paz em todo o mundo. Vale lembrar que centenas de homens e mulheres já deram sua vida a serviço, sendo consideradas ocupações perigosas. Alguns setores, não exigem fluência na língua inglesa (UNIC RIO, 2020).

## 2.2 AGENDA 2030 E OS ODS

Líderes mundiais estiveram comprometidos em comum ação e esforço em uma ampla e universal agenda política. A Agenda 2030 é o marco para o desenvolvimento sustentável e coletivo na busca global da evolução cooperativa e tecnológica. A implementação desta traz consigo benefícios para as atuais e futuras gerações. Sua introdução na sociedade se fará de forma consistente e segura, sob obrigações de leis internacionais (ONU, 2021).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil (ONU, 2021).

Este plano de ação, intitulado como “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, é constituído por 17 diferentes enfoques, selecionados por se tratarem de os principais problemas mundiais a serem amenizados e ou resolvidos até o ano de 2030. Estes problemas envolvem a sociedade e os Estados-Membros, para que juntos, possam resolver, unindo forças, tecnologia e inovação, os almejados objetivos de desenvolvimento sustentável, buscando implementar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecido no ano de 2000 (POLITIZE, 2020).

No plano ODM, estavam descritos objetivos muito parecidos e relacionados aos planejados para a Agenda 2030. Em ambos, a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e em todos os lugares, aparece em primeiro lugar. Objetiva-se diminuir em pelo menos a metade o número de pessoas que passam por vulnerabilidade social. Para tanto, serão incluídos pisos salariais e auxílios para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos (UNFPA, 2021).

Esta vulnerabilidade traz consigo inúmeros problemas, dentre eles o da fome. O objetivo é até 2030 acabar totalmente com a desnutrição e buscar por aumento de produções agrícolas, acesso ao alimento saudável e crescimento saudável de crianças e jovens. Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado do mercado de *commodities* de alimentos e seus derivados, com altos investimentos e muito trabalho, além de buscar eficiência e qualidade nos processos alimentícios, gerará, conseqüentemente, a saúde e o bem estar da população (IBGE, 2021).

Dentre os objetivos, também estão a redução da taxa de mortalidade materna, o extermínio de doenças epidemiológicas, a prevenção e acesso a informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, o apoio à pesquisa e muitos outros fatores a serem aprimorados e desenvolvidos. Com o acesso à pesquisa e à educação inclusiva de qualidade e equitativa, serão promovidas oportunidades de aprendizagem para todos, com instalações físicas de melhor qualidade e maiores oportunidades para quem as necessite. Objetiva-se garantir que todos os alunos tenham acesso aos meios de educação, exterminando também a disparidade de gênero tanto na educação quanto na formação profissional (SOUZA, 2015).

Assim sendo, a busca pela igualdade de gênero, empoderará mulheres e meninas em busca do extermínio de todas as formas de discriminação e exploração

sexual, além de garantir o acesso universal à saúde sexual. Enfatiza-se, também, a busca pela igualdade econômica, o direito igualitário pela luta de oportunidades de liderança e a inclusão das mesmas na política, reconhecendo e valorizando seus trabalhos profissionais e domésticos. No sexto tópico, a ONU cita a garantia de água potável e saneamento básico para todos, com acesso pleno à higiene. Para isso, faz-se necessária a preservação deste recurso, diminuindo a poluição e liberação de químicos em afluentes (SANTOS, 2021).

Essa busca guiar-se-á por ações sustentáveis e se fará necessária a facilitação para tanto. Sendo assim, até 2030, deve-se assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis para serviços de energias renováveis. Por conseguinte, a expectativa é a melhoria da eficiência energética. Além disso, promover também o crescimento econômico, inclusivo e sustentável, com empregos plenos, atingindo níveis elevados de produtividade do comércio dos países em desenvolvimento através da Iniciativa de Apoio para o Comércio “Aid for Trade” que por meio do Quadro Integrado Reforçado presta assistência a países menos desenvolvidos (ONU, 2021).

Schio et al. (2019) afirma que com a Iniciativa de Apoio de Ajuda ao Comércio, será possível desenvolver a inovação tecnológica industrial, com infraestruturas de qualidade, confiáveis e sustentáveis, incluindo projetos transfronteiriços, buscando preços mais acessíveis para todos. Conseqüentemente, precisa-se modernizar infraestruturas de pequenas, médias e grandes empresas e torná-las sustentáveis, com auxílio para promoção e desenvolvimento. Progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda da população mais pobre, empoderando e promovendo a inclusão social e econômica, melhorando a regulamentação e monitoramento de mercados e instituições financeiras globais.

No plano de objetivos sustentáveis, ainda se destaca a migração legal e planejada, possibilitando uma mobilidade ordenada e humanizada, reduzindo também os custos de transações de imigrantes, trazendo benefícios financeiros e resilientes, promovendo maior segurança, principalmente para cidades fronteiriças, e garantindo habitações seguras e apropriadas. Com isso, haverá o aumento da capacidade de gestão e assentamento de recursos humanos, com acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos e verdes. Este enfoque no consumo e produção

sustentáveis, trará redução substancial da geração de resíduos por meio da preservação, reciclagem e reuso (BRZOZOWSKI, 2012).

Atitudes como as mencionadas anteriormente reforçam o compromisso e a resiliência na capacidade de adaptação, prevenção de riscos relacionados ao clima e catástrofes naturais. Para isso, investimentos de mais de 100 bilhões de dólares serão feitos todos os anos a partir de 2020, implementando novos mecanismos e operacionalizando plenamente o Fundo Verde, programa de capitalização para o clima. Entretanto, faz-se necessária a gestão e uso consciente de todos os recursos naturais. Sendo assim, até 2025, faz-se necessário gerir para reduzir significativamente a poluição marinha, evitando impactos negativos e a preservação de espécies marinhas, tais como corais e demais espécies. Para isso, serão necessárias proibições de certas formas de subsídios, a pesca ilegal e a sobrepesca (ROMEIRO, 2012).

Segundo Cavalcanti (2004), é imprescindível também o uso consciente e sustentável dos ecossistemas marítimos, terrestres e climáticos, combatendo a desertificação, revertendo a degradação do solo e as perdas biológicas. Assim, busque mobilizar recursos significativos para financiar o manejo florestal sustentável e o incentivo ao reflorestamento, conservando juntamente a biodiversidade, combatendo a caça ilegal e o tráfico de espécies protegidas, promovendo maior segurança para os animais e para todos, com sociedades pacíficas e livre acesso à justiça.

Dentre os objetivos da ONU, ainda estão a redução de taxas de exploração e abuso em todas as suas formas, buscando a diminuição nos números de mortalidade e violência, promovendo uma justiça igualitária, o asseguramento da informação, promovendo menor desigualdade e políticas não discriminatórias; e a formação de “Parcerias e Meios de Implementação”, que reforçam a revitalização da parceria global para um desenvolvimento sustentável promissor e o cumprimento de todos os dezessete objetivos descritos. Este último elenca setorialmente objetivos, dentre eles as finanças, que fortalecem a captação de recursos internos e mobilizam recursos adicionais para países em processo de desenvolvimento (IBGE, 2021).

A tecnologia, que através da disseminação e difusão do acesso internacional à ciência em condições favoráveis, capacitará pessoas para colocar em prática os objetivos estabelecidos, desenvolvendo a sustentabilidade e evoluindo rapidamente

para cumprir com a Agenda 2030. No quesito comércio, o objetivo é promover um sistema multilateral, aumentando as exportações de países em desenvolvimento e estabelecendo o livre acesso a mercados sem cotas e taxas para países menos desenvolvidos. Por fim, nas questões sistêmicas, estão descritos melhoramentos da macroeconomia global, incentivando parcerias públicas e reforçando a capacitação e as iniciativas para desenvolvimento do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país (LIMA, 2012).

### 2.3 SUSTENTABILIDADE

Conforme Bicalho (2016), a palavra sustentabilidade abrange diversos e complexos conceitos. Como a palavra já transcreve, significa a sustentação de um sistema e em seu derivativo do vocabulário latim “*sustentare*”, tem o significado de manter, resistir. Sendo assim, remete à palavra característica de manutenção ao longo do tempo. Piberman (2020), em seu dicionário, descreve esta como um modelo de sistema que tem capacidade de se conservar, sendo uma qualidade ou condição do que é sustentável.

Conceitos de sustentabilidade, mesmo com o passar do tempo, continuam os mesmos, porém, ações e mudanças são necessárias constantemente. Juntamente com a tecnologia e o crescimento industrial e global, são necessárias mudanças consideráveis, o que influencia diretamente no comportamento das empresas, que precisam adequar-se às necessidades. Os problemas ambientais, além dos econômicos e sociais, também influenciam o tema. Mudanças sempre afetam de forma direta o ambiente social e político em que as empresas atuam (OLIVEIRA et al., 2008).

Muito mais que apenas a emissão de gases à atmosfera, a sustentabilidade está atrelada a diversos processos, que, por sua vez, parecem inofensivos. Então, em uma discussão ocorrida em meados de dezembro de 2009, pensou-se na cidade de Copenhague que os países desenvolvidos emitiram altos números de gases durante muitos anos, aumentando de forma drástica o efeito estufa. Assim, foi reiterado o compromisso de que todos os países devem ter para com o planeta (TORRESI et al., 2010).

Junqueira (2012) afirma que a sustentabilidade se encontra em fase de constante evolução, com o aumento de movimentos e organizações preocupadas com o presente e o futuro ambiental. Estes impactos são vinculados diretamente à responsabilidade social e atrelados ao desenvolvimento sustentável. Além disso, Torresi et al., (2010) afirmam que a conservação do meio ambiente deve estar inserida nas políticas de desenvolvimento dos países, enfatizando o dever de toda a população, empresas e governos para com tudo e todos.

Sendo assim, durante oito anos, entre 1992 – 2000, foi realizada uma pesquisa com milhares de pessoas ao redor do mundo, em diferentes culturas, religiões e crenças, para escrever o documento chamado: “A carta da Terra”, cujo conteúdo trata acerca dos riscos futuros ambientais que pesam sobre a humanidade. Ao mesmo tempo, cheio de esperança, propõe atitudes humanas sustentáveis a serem compartilhadas por todos. Com palavras de fácil compreensão, sugere que a realidade do momento que estamos vivendo é grave e precisa de atenção, na qual a escolha entre cuidar e manter a Terra é uma tarefa de todos (BOFF, 2017).

### 2.3.1 INDÚSTRIA VERDE

Surgiu na década de 90 o conceito de indústria verde, com o objetivo de incentivar as empresas a buscarem melhor gestão ambiental, desde a extração dos recursos, até a destinação final dos resíduos industriais. Este investimento traz consigo inovação e desenvolvimento para as empresas, desempenhando processos ecologicamente corretos e com retorno dos investimentos. Assim, abriram-se possibilidades também para as pequenas e médias empresas, com preços competitivos e a busca pelo crescimento do mercado (CHEN, 2008).

Consoante, tendo em vista a constante evolução industrial e sua dependência de recursos naturais, além de seu compromisso para com o presente e o futuro, a indústria verde preconiza a utilização de matérias-primas de forma consciente e com o cuidado com a emissão de poluentes. Então, existe uma grande diversidade na base de competências da indústria verde, com uma ramificação de produtos tecnologicamente e revolucionariamente verdes (GRILLITSCH; HANSEN, 2019).

Neste mercado hipercompetitivo, a indústria verde vem melhorando sua base e sua qualidade. Neste processo contínuo de maturação e melhoria, as empresas buscam agregar valor e novos fatores. Por mais que a população em sua grande maioria, busque por preços baixos, independente dos processos produtivos e da responsabilidade social da indústria, certa porcentagem ainda busca por produtos que cuidem e melhorem sua qualidade de vida, com diversos benefícios, sistemas ambientais seguros e ecológicos. O complexo da indústria verde inclui fabricantes e distribuidores de insumos, empresas de produção, como viveiros, estufas e produtores de grama – distribuidoras atacadistas, importadores, corretores e outros diversos setores (HALL, 2011).

Ainda conforme Grillitsch et al. (2019), são variadas as propostas para enquadrar os diferentes tipos de evolução. Dentre estas, foram identificadas quatro principais: a primeira delas é focar no crescimento e desenvolvimento dessas indústrias verdes já existentes; já a segunda, induz ao mecanismo de uma mudança qualitativa das indústrias existentes, fornecendo suporte para que introduzam novas tecnologias e inovações industriais. Outra proposta ainda é a diversificação do caminho verde, fortificando indústrias verdes já existentes e combinando o conhecimento existente com o não relacionado. E, finalmente, desenvolver novas indústrias, que não estejam relacionadas com indústrias regionais e que, com base em indústrias já existentes, insiram novas tecnologias e um avanço tecnológico considerável.

Pode-se afirmar que este avanço será um compilado de ações e constante desenvolvimento que deverão tomar partida o mais urgente possível, reeducando a população e forçando novos hábitos, desde a construção das indústrias até a educação individual de cada funcionário. A indústria verde precisa assumir um papel proativo e como um identificador de problemas a serem solucionados, auxiliando na construção de um futuro saudável e eco sustentável, produzindo apenas o necessário com a consciência e a educação para com o presente e o futuro (HARRINGTON, 2003).

### 2.3.2 GLOBALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL

Finuras (2018) afirma que a globalização é um fenômeno natural, que evolui por si só trazendo consigo inúmeros fatores, acontecimentos, formas e problemas. Entretanto, a globalização é uma tendência para a mundialização, seja dos negócios, dos mercados, ou da economia. Através disso, e com forte influência tecnológica, o mundo caminha em direção a uma grande aldeia global onde se fragmentam diferentes formas de produção, consumo, clientes e dos próprios países. Sendo assim, são cada vez mais inovadoras as características e ideias para a sua gestão, buscando a evolução constante e necessária.

Entretanto, pode-se salientar que a globalização é uma tendência de misturas culturais, potencializada principalmente pelos meios de comunicação da tecnologia. Esse conjunto de fenômenos relacionados à pós-modernidade produziu alguns efeitos como a formação de identidades menos centralizadas, instituições influenciadoras, nomadismo, supervalorização de aparência e perda de essência, individualismo crescente e incerteza. Exige, portanto, que soluções de equidade social sejam tomadas, refletindo e questionando os problemas causadores de um abismo social e a naturalidade com que este assunto é visado e tratado, buscando resoluções eficazes e práticas para a disseminação destes (DUGNANI, 2018).

Trata-se de um tema social, que, juntamente com a economia internacional, gera uma crise que tem afetado fortemente o desenvolvimento e a administração de relações internacionais, econômicas e de recursos naturais. Os presentes aspectos colocam em risco a globalização sustentável, alertando países emergentes a fortalecerem seus pilares de crescimento e manutenção. Tais problemáticas implicam diretamente em questões ambientais e políticas, criando dificuldades em atingir os objetivos sustentáveis estabelecidos, enfrentando o desafio de trabalhar com políticas integradas entre as nações e resistência à governança ambiental de países desenvolvidos como Estados Unidos da América e países membros da União Europeia (OLIVEIRA, 2018).

Sapienza et al. (2019) afirmam que, ainda na década de 80, empresas também resistentes visavam ao lucro sem nem pensar na decorrência de suas atitudes. Com a revolução industrial, muitas máquinas foram implantadas nas empresas e a partir

dos altos índices de inovação tecnológica, a emissão de poluentes acompanhou o crescimento, elevando os índices de poluição mundial. Com fortes acusações a empresas que não agiam de forma sustentável, então se iniciou um processo de alta cobrança para que as mesmas assumissem a responsabilidade social para com a natureza, realizando investimentos e tornando suas produções sustentáveis.

Diante de tantas controvérsias, o caminho a ser percorrido para chegar ao tão almejado objetivo de sustentabilidade torna-se complicado. É de fundamental importância o pacto global da ONU para que se garanta a globalização sustentável, com o compromisso e a participação social mundial. É dever de cada estado tutelar as ações, garantido e assegurando um presente e futuro seguros para todos, realizando a junção entre o desenvolvimento econômico e sustentável, efetivando as propostas e fortalecendo os mecanismos de proteção a exploração ambiental e garantindo o desenvolvimento de todos os países (BECKERS et al., 2018).

### 3 MÉTODO

Para Gerhardt e Silveira (2009), a metodologia é o estudo sistemático dos caminhos a serem utilizados para realizar a pesquisa ou estudo do assunto determinado. É a forma com que será conduzida a realização da pesquisa científica.

Através de pesquisas, busca-se o conhecimento científico, que resulta da diversificada e intensa análise do material base, conhecimento e verificação de dados. Assim, através de um conhecimento metodológico e científico, é possível a comprovação, que poderá ser submetido à demonstração. Contudo, apresenta caráter provisório, uma vez que por estar em constante evolução, análise e pesquisa, poderá ser continuamente reformulado, testado e enriquecido (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Existem diferentes métodos de pesquisa a serem desenvolvidos. Para este trabalho foi empregada uma pesquisa de caráter predominantemente qualitativo, utilizada especificamente para pesquisas de áreas sociais, por questões de pluralização e dissolução de novas diversidades. Esta tem por objetivo analisar os dados secundários, limitados a termos locais, temporais e situacionais. Sendo assim, estes conceitos são influenciados diretamente por algum conhecimento teórico anterior (FLICK, 2009).

Flick (2009) ainda explicita que, neste tipo de pesquisa, o processo poderá ser habilmente organizado em uma sequência linear de etapas conceituais, metodológicas e empíricas. Cada etapa poderá ser tomada e considerada uma após a outra e precisará levar em consideração a interdependência dos fatores de pesquisa. Ao final, o objetivo é que se possa garantir a representatividade dos dados e descobertas. A estrutura desta ampliará a complexidade de dados e aumentará a sua relevância.

A presente pesquisa tem caráter exploratório, uma vez que não busca responder ou resolver algum problema, procurar padrões ou ideias e sim levantar uma hipótese sobre determinado assunto a ser explorado futuramente, a fim de realizar descobertas. É necessário obter dados brutos e transformar os mesmos em informação. Por fim, analisar a relação entre as variáveis existentes (FERREIRA et al., 2021).

### 3.1 COLETA DE DADOS

A coleta de dados de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório pode ser realizada por meio de grupos focais, entrevistas em profundidade, observação, levantamento de documentos e outras diferentes maneiras para se chegar ao objetivo estipulado. Pode, ainda, ser uma coleta contínua, periódica ou até mesmo ocasional, adaptando-se à necessidade específica do estudo (MARTINS, 2019).

Nesse caso específico, foi realizada por meio de coleta de dados secundários, que objetivou reunir informações necessárias e foi definida a partir da problematização, objetivos gerais e específicos, além da metodologia. Dadas as informações de coleta, os critérios de seleção de fontes deram-se da seguinte maneira: por meio do site oficial da ONU e dos sites oficiais do governo Brasileiro, como por exemplo, o do Ministério da Saúde, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Além destes, também foram utilizados materiais bibliográficos e artigos com publicação recente que tratam especificamente sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Vale destacar que a seleção das fontes para compor o estudo foi baseada nos critérios de qualidade, confiabilidade e validade. Sendo assim, a fonte de qualidade é aquela que permite ao pesquisador verificar e assegurar os resultados, com grau positivo de excelência. Já a confiabilidade pode ser entendida como a possibilidade de checagem da consistência dos dados e dos procedimentos, com credibilidade sobre o que contém o estudo. Por fim, a validade deve receber uma atenção especial, tendo em vista que as informações coletadas não podem sofrer nenhum tipo de modificação, não podendo ser julgadas, mantendo sua neutralidade e validade (FLICK, 2009).

### 3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Ao observar fenômenos, sejam eles de qualquer natureza, será constituído o núcleo do procedimento científico, ou seja, serão traçados objetivos de observação e

reconhecimento de fundamentos, podendo estes serem sociais, econômicos, políticos e culturais (POUPART et al., 2008).

Para uma análise dos objetivos específicos brasileiros e as propostas de solução para os problemas estabelecidos pelos ODS, foram analisados os planos de metas estabelecidos pela ONU e as mudanças já realizadas. Esta análise foi feita através de relatórios divulgados pelo governo do país em estudo e instituições como por exemplo o Grupo de Trabalho para Sociedade Civil para Agenda 2030. Com isso, também foi possível estudar ações de preservação e planejamento, suas ideias e interesses, afim de enfatizar problemas e soluções encontradas pelo governo. Os dados coletados foram retirados de análises de dados e gráficos disponibilizados nos sites oficiais do governo, instituições públicas e privadas.

Sendo assim, foram analisadas as metas adaptadas pelo Brasil, com base nas metas mundiais estabelecidas pela ONU. A partir disso, foi selecionado pelo autor, de forma deliberada, apenas um indicador de cada um dos 17 ODS a ser analisado, afim de compilar informações importantes sobre o andamento da Agenda no país e analisar seu compromisso com as ações globais estabelecidas.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os dados coletados durante a pesquisa, informações importantes e pertinentes ao entendimento pleno desta análise, afim de apresentar com convicção e clareza os objetivos específicos estabelecidos no início deste estudo.

### 4.1 ANÁLISE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ESTABELECIDOS PELA ONU

Com a aprovação histórica deste compromisso dos países para com o mundo, foram definidos princípios que regem a Agenda. Dentre estes, pode-se dizer que o pilar de sustentação é: “Não deixar ninguém pra trás”. Isso implica na inclusão e na promoção das populações mais excluídas e vulneráveis, com objetivos de construir sociedades pacíficas e inclusivas. Com universalidade, levando em conta as particularidades de cada país, mas com envolvimento, integralidade e indivisibilidade na implementação dos ODS. Com enfoque inclusivo e participativo, apropriação nacional e um enfoque baseado nos Direitos Humanos, assim deverão ser colocados em prática os 17 objetivos e suas 169 metas (ONU BR, 2018).

Os ODS apontam objetivos específicos, os quais devem ser monitorados com indicadores a partir da definição destas metas, as quais são definidas pela ONU e podem ser readequadas, conforme necessidade e compatibilidade com a realidade do país (GARCIA, et. al, 2020). As metas podem ser visualizadas no Anexo A.

Com o intuito de apresentar os objetivos propostos foi elaborado o quadro 2, que apresenta os objetivos da Agenda:

Quadro 2: Objetivos de Desenvolvimento propostos pela ONU.

(continua)

| <b>Objetivo</b> | <b>Descrição do objetivo</b>                                      |
|-----------------|---|
| 1               | Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. |

(conclusão)

|    |   |
|----|---|
| 2  | Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável.  |
| 3  | Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.  |
| 4  | Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.   |
| 5  | Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.   |
| 6  | Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.   |
| 7  | Assegurar acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.  |
| 8  | Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.  |
| 9  | Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.   |
| 10 | Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.  |
| 11 | Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.   |
| 12 | Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.  |
| 13 | Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos, reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima. |
| 14 | Conservação e uso dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.  |
| 15 | Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.   |
| 16 | Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.   |
| 17 | Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.  |

Fonte: Baseado em ODS Brasil (2022).

Frente aos objetivos propostos, pode-se afirmar que diante destes grandes grupos de problemas mundiais, as lideranças terão que buscar melhorias, caminhos integrais para o desenvolvimento sustentável. Esta é uma responsabilidade universal e que somente será eficiente se houver compromisso de todos os envolvidos. Ao

analisar as propostas, é possível identificar esferas de incidência integral até o Desenvolvimento Sustentável.

A primeira e mais importante a ser destacada: as pessoas. É preciso garantir que todo e qualquer ser humano seja capaz de alcançar todo o seu potencial de dignidade e igualdade em ambientes saudáveis. Ao falar nisso, busca-se a proteção contra a degradação do planeta, que por meios sustentáveis, com uma boa gestão de recursos naturais atenderá as necessidades das gerações atuais e futuras. Uma garantia de prosperidade, de progresso econômico e saudável, de paz através de sociedades pacíficas, justas e inclusivas e de parcerias que visem melhores condições de vida, com destaque a sanar as necessidades dos mais vulneráveis (ONU BR, 2018).

Além disso, ao falar de sustentabilidade, é importante saber que existem três aspectos principalmente abordados e que nos ODS e na Agenda 2030, são chamados de pilares para a evolução. São eles: social, ambiental e econômico. Portanto, no pilar econômico, é preciso garantir gestões de riscos, que preservem os demais pilares. Isso possibilita alocação e gestão eficientes de recursos, afim de permitir o aumento da produtividade limpa e sustentável, com maior desempenho e conseqüentemente, maior lucratividade. Já o pilar ambiental pretende diminuir o impacto sobre o meio ambiente para as gerações futuras. Este visa reduzir as emissões de carbono, o uso da água, o desperdício e os impactos gerais sobre o meio ambiente para as gerações futuras, que são prioridade do pilar social, o qual busca conscientizar a comunidade. O bem estar humano e social são prioridade, os quais potencializarão a criação de riqueza social e econômica. (INDIGO, 2020).

#### 4.2 PROPOSTAS ESTABELECIDAS PELO BRASIL PARA ATENDER AOS ODS

Ao pensar em beneficiar todas as unidades federativas do Brasil com a Agenda, se faz necessária a participação de todos os setores da sociedade- governo, civil, instituições de ensino e iniciativas privadas. Ao instigar estes grandes grupos a trabalharem por objetivos em comum, torna-se mais viável atingir as metas estabelecidas. Para isso, existem instituições brasileiras que trabalham para tonar

possível a autonomia dos municípios, fortalecendo a gestão municipal e consolidando políticas em prol do desenvolvimento sustentável (CACB, 2021).

O relatório brasileiro buscou readequar as metas da Agenda às prioridades do país, tendo em vista que, de forma simples, o mesmo apresenta as metas globais estabelecida pela ONU e as readéqua ao cenário brasileiro, fazendo com que as mesmas fiquem mais próximas à realidade e as necessidades do Brasil.

Dentre a análise de todas as 169 metas globais, o governo brasileiro definiu que duas delas não são pertinentes ao cenário brasileiro, e 124 destas foram readequadas. Foram ampliadas metas já atingidas pelo Brasil, como por exemplo, a taxa de mortalidade materna, e foram incluídos oito novos compromissos, afim de ir além dos objetivos que a ONU propôs (IPEA, 2018).

No quadro 3 é possível observar as propostas estabelecidas pelo governo para cada um dos 17 ODS.

Quadro 3: Propostas estabelecidas pelo governo brasileiro.

(continua)

| <b>Objetivo</b> | <b>Ações de resolução propostas pelo Brasil</b>   |
|-----------------|---|
| 1               | Mobilização, criação e ampliação de programas e estratégias para acabar com a pobreza, criação de oportunidades e empregos, além de fortalecer e promover a proteção social.  |
| 2               | Aumentar a produtividade agrícola, corrigir e aumentar investimentos pecuários e rurais, adotando medidas de equilíbrio nutricional e maior facilidade de acesso a produtos básicos alimentícios.   |
| 3               | Ampliar os serviços de acesso a saúde sexual, vacinas e medicamentos, além de assegurar a integridade de pessoas em vulnerabilidade ou exclusão social.   |
| 4               | Aumentar substancialmente o número de pessoas com competências técnicas e profissionais. Garantir ambientes de aprendizagem seguros e igualitários, além de construir e adequar instalações escolares que atendam assegurem o acesso de todos.        |
| 5               | Promover a participação de mulheres na liderança de políticas públicas, promover reformas que concedam as mulheres direitos econômicos igualitários, elaborando, fortalecendo e reforçando ações de acesso a saúde básica, segurança e empoderamento. |
| 6               | Desenvolver diretrizes de uso eficiente e cuidado dos recursos hídricos, fortalecendo o uso consciente e estabelecendo medidas de planejamento equilibrado às comunidades.  |

(conclusão)

|    |  |
|----|--|
| 7  | Aumentar, impulsionar e promover o acesso à pesquisa de fontes enérgicas sustentáveis avançadas, investindo em tecnologia, infraestrutura e sistemas eficientes, fomentando o acesso facilitado para todas as pessoas.   |
| 8  | Desenvolvimento de atividades produtivas, criação, ampliação e formalização de empregos e pequenas empresas. Medidas que assegurem a erradicação do trabalho forçado com a proteção dos direitos trabalhistas. Além de desenvolver políticas públicas de capacitação e incorporação à setores de maior valor agregado.   |
| 9  | Apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, melhorando as capacidades tecnológicas e fomentando a inovação, desenvolvimento e investimentos à pesquisa e desenvolvimento dos setores.   |
| 10 | Eliminar leis discriminatórias, criar estratégias de encorajamento das minorias e fortalecer os sistemas e o acesso à informação.  |
| 11 | Construir edifícios sustentáveis, proteger o patrimônio cultural e reduzir os impactos ambientais. Adotar planos para uso consciente de recursos, implementando uma gestão eficiente.  |
| 12 | Criar, divulgar e incentivar pessoas e empresas a adotarem práticas sustentáveis, além de fortalecer a capacidade tecnológica para avançar com o consumo e produção sustentáveis. Eliminar incentivos perversos, que geram externalidades ambientais.  |
| 13 | Fortalecer políticas climáticas, promovendo mecanismos para aumentar a capacidade de planejamento, gestão e regulamentação dos incentivos às medidas de mitigação e adaptação aos efeitos da mudança do clima, implementando melhorias no planejamento local perante riscos de catástrofes ambientais.                   |
| 14 | Regulamentação e fiscalização eficazes contra a exploração pesqueira, incentivando a pesca legal e segura. Aumentar o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico de pesquisas, fortalecendo a proteção da saúde marinha.  |
| 15 | Garantir a conservação dos ecossistemas, bem como adotar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, acabando com a caça ilegal, tráfico de espécies, além de evitar a erradicação de espécies prioritárias. Aumento de recursos financeiros para uma melhor gestão e conservação. |
| 16 | Fortalecer, garantir e criar instituições eficazes, pertinentes e representativas que previnam a violência e a discriminação ao desenvolvimento sustentável, reduzindo desigualdades entre a população.  |
| 17 | Promover e fortalecer parcerias e a mobilização de pessoas e recursos financeiros afim de impulsionar a ciência, tecnologia e informação, formando parcerias eficazes. Fomentar a informação segura e atualizada.  |

Fonte: Baseado em ONU Brasil.

Ao analisar a internalização da Agenda 2030 e os ODS, são encontrados desafios perante ao processo. Inicialmente, é preciso sensibilizar os protagonistas, pessoas e instituições-chave que irão implantar, através da governança, com objetividade e compromisso, as metas globais e adequar as mesmas para definir os indicadores nacionais. Sendo assim, e para melhor entendimento, as metas foram classificadas em 3 níveis. O primeiro nível abrange metas de fácil acompanhamento;

o segundo é composto de metas para as quais não existem indicadores diretos, mas que indiretamente são capazes de serem medidas; já o terceiro nível possui metas que não podem ser medidas por indicadores diretos ou indiretos (IPEA, 2018).

Este processo de internalização trata-se de uma prática lenta e gradual no Brasil. Nota-se que as empresas não estão preocupadas em adotar medidas que busquem evoluir junto com o programa de metas e objetivos proposto pelo governo. Sendo assim, é também uma tarefa governamental despertar a consciência ambiental, sendo através de participações em conferências internacionais, campanhas e incentivos. Porque, mesmo com algumas iniciativas já realizadas, o país ainda enfrenta graves problemas ambientais, com processos poluentes e que vão contra os princípios que regem a evolução sustentável (EDUCA MAIS BRASIL, 2020).

#### 4.3 INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES PROPOSTAS PELO BRASIL

Para melhor acompanhamento, compreensão e avaliação da Agenda, além da facilidade em desenvolver um planejamento eficiente, foram definidos indicadores com metas, que buscam nortear e balizar as ações a serem desenvolvidas. Este monitoramento depende dos dados fornecidos pelos países, coletados regionalmente e internacionalmente. No Brasil, o responsável pelas informações é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta instituição criou a plataforma ODS Brasil, que através da coleta de informações, disponibiliza um conjunto de indicadores globais. Esta ainda é responsável por atualizar a população com notícias, entrevistas e reportagens ligados ao tema.

No total há 254 indicadores que estão relacionados aos 17 ODS. A totalidade dos indicadores pode ser observada no Anexo B.

#### 4.4 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO INDICADORES BRASILEIROS

Com base em alguns indicadores escolhidos e com o foco de analisar os 17 objetivos propostos, foi realizada uma análise individual de cada objetivo, apresentada nas seções a seguir.

##### 4.4.1 ODS 1 E INDICADOR SOBRE A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO VIVENDO ABAIXO DA LINHA DE POBREZA NACIONAL

A erradicação da pobreza é um dos principais desafios, tendo em vista que, com a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e em todos os lugares, será possível avançar com outros objetivos estabelecidos pela ONU. A atual situação do país, e o modelo econômico vigente no Brasil, tornam cada vez mais difícil que este indicador tenha um crescimento positivo. Porém, deve ser levada em consideração a atual situação mundial, que também passa por um momento frágil, pós pandemia (GTSC, 2021).

No Brasil, a taxa de pobreza extrema estava diminuindo desde os anos de 2000, de 12,48% para 6,62% em 2010, baseado nas informações publicadas pela edição do censo de 2010, do IBGE. A menor taxa já atingida, foi no ano de 2018, quando a mesma atingiu a marca de 6,5% da população brasileira. Contudo, no ano de 2020, por conta da pandemia do novo coronavírus, os números sofreram alterações. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas Social, com dados da PNAD Contínua (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios), 12,8% dos brasileiros passaram a viver com menos de R\$ 246 ao mês no final do ano de 2021.

Até 2030, o Brasil pretende erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$3,20, isto é, o dólar na unidade monetária expressa pela paridade de poder de compra (PPC) per capita por dia. Desta maneira, só será considerada erradicada a pobreza extrema no Brasil, quando a taxa da população vivendo nesta situação chegar a 3% da população total brasileira (IPEA, 2019).

#### 4.4.1 ODS 2 E OS SUBSÍDIOS ÀS EXPORTAÇÕES

As exportações brasileiras bateram o recorde de 136,42 bilhões de reais no primeiro semestre do ano de 2021, responsável por contribuir na recuperação da economia do país. O Brasil ocupa a 13ª maior economia global, e a 25ª posição entre os exportadores mundiais de bens. Entretanto, para maior participação do país no mercado mundial, são necessárias mudanças na política comercial, melhorando e ampliando os negócios internacionais (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2021).

O Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, afirma Embrapa (2021). As exportações brasileiras representam cerca de 50% do mercado mundial de soja, e seus principais produtos exportados são commodities, como a soja, feijão, algodão, café e açúcar, além do petróleo, carne bovina e carne de frango. As exportações brasileiras chegaram aos 37 bilhões de dólares no ano de 2020. Neste mesmo ano, o Brasil se tornou o maior exportador de carne de aves do mundo.

Atualmente, a exportação agropecuária é responsável por quase um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) e quase metade das exportações totais. Como subsídio às exportações, o Brasil busca corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, através de desembolso orçamentário. Subsídios são uma ajuda que os governos dão para baixar os custos de produção. Este compromisso foi acordado pelos membros na 10ª Conferência Ministerial da OMC, em 19 de dezembro de 2015. Com isso, evita-se a superprodução nacional, estimula-se a importação e assim o equilíbrio da balança comercial. Este incentivo, contribui com o objetivo 2, o qual visa atingir a fome zero e uma agricultura sustentável, afim de entregar a população mundial insumos e produtos de qualidade (IBGE, 2022).

#### 4.4.2 ODS 3 E A TAXA DE COBERTURA VACINAL DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS VACINAS INCLUÍDAS NO PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Constituição Federal de 1988, representou um avanço que colocou o Brasil no grupo Países com sistemas de saúde pública universais. Desde então, além do acesso público à saúde, a vacinação da população começou ocorrer através da consolidação da rede e com atenção primária à saúde.

Criado em 1973, o Plano Nacional de Imunizações (PNI) visava diminuir as diferenças sociais, possibilitando a toda população, o acesso a vacinação. Usado como referência mundial, foi eficaz nas lutas contra a Poliomielite, o Sarampo, a Meningite Tuberculosa, Hepatite B e entre outras doenças. Ao longo do tempo, a atuação do PNI alcançou consideráveis avanços ao consolidar a estratégia de vacinação nacional (GOVERNO FEDERAL, 2022).

Apesar deste avanço ao longo dos anos no setor, o SUS vem sendo desfinanciado por ineficiências administrativas e políticas. A mais de dois anos após o início da pandemia, a deterioração dos índices de saúde e bem-estar foi exacerbada pela recusa do governo federal em reconhecer a gravidade da Covid-19. Promovendo aglomeração, campanhas contra o uso de máscaras, divulgação de medicamentos sem comprovação científica, o argumento da “imunidade de rebanho” e a repetida escolha de não comprar uma vacina agravaram a crise de saúde no Brasil (CONASS, 2022).

Dentre as diversas imunizações que estão no PNI, podemos usar como exemplo a imunização contra a Febre Amarela, que a partir de 1994 tinha como objetivo atingir toda a população acima de 1 ano de idade, com imunização completa em apenas uma dose (DATASUS, 2013). Recentemente, com o surto da Covid-19, foi adicionado ao PNI, uma medida de enfrentamento à doença. Este plano de vacinação, tem como meta, atingir toda a população brasileira acima de 5 anos, que representa um percentual de 92,7% da população, entretanto, estima-se que até o momento, 91,5% da população está vacinada com a 1ª dose e 85,8% da população está completamente vacinada, ou seja, com duas doses, já a estimativa da população com

dose de reforço é de 21,5%. O total de doses aplicadas, chega à marca de 399 milhões (GOVERNO FEDERAL, 2022).

Ainda segundo o site oficial do Governo Federal (2022), o PNI é, hoje, parte integrante do Programa da Organização Mundial da Saúde, com o apoio técnico, operacional e financeiro da UNICEF e contribuições do Rotary Internacional e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Porém, o apoio do governo a pesquisas e desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças, que afetam o país decaiu e ainda segundo o Conselho Federal de Medicina (CFM), há um déficit de profissionais em diversas regiões do Brasil, o que pode ser sentido durante a pandemia do Covid-19 e que vem afetando diretamente o acesso a saúde e o bem-estar da população.

#### 4.4.4 ODS 4 E A TAXA DE CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

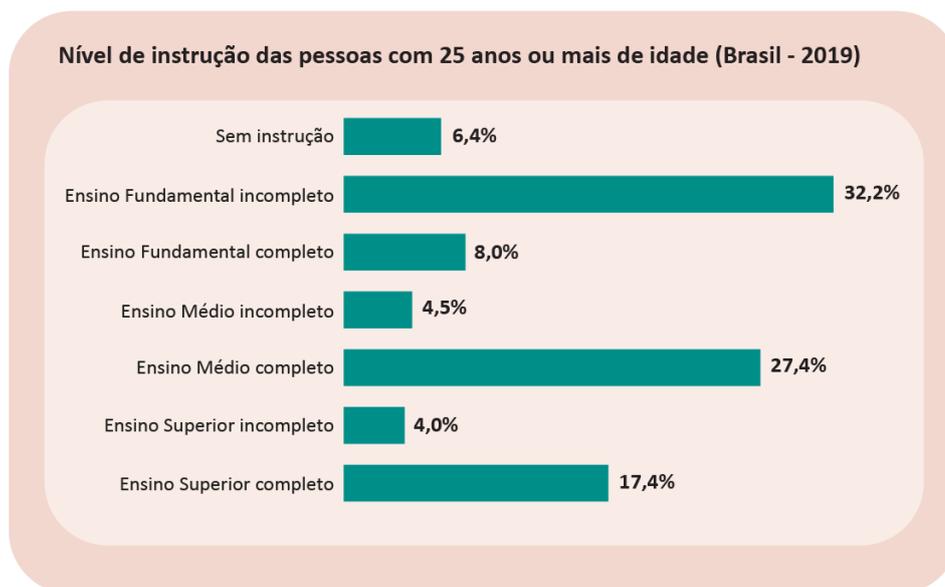
Este objetivo foi extremamente ameaçado com o avanço da pandemia do Covid-19 e encontra-se estagnado ou em verdadeiro retrocesso pois o país não foi capaz de conter os impactos gerados pela crise sanitária. A educação é classificada como um dos serviços essenciais para o crescimento da nação e nos últimos anos se manteve em retrocesso, prova disso é abstenção recorde do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que foi de mais de 50% em ambos os dias, segundo o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 99,3% das escolas brasileiras suspenderam as atividades presenciais durante o surto de Covid-19, utilizando aulas no modo síncrono por aproximadamente 300 dias. Dado isso, ao todo, 28,1% das escolas públicas planejaram a complementação curricular com a ampliação da jornada escolar no ano letivo de 2021. Na rede privada, 19,5% das escolas não conseguiram concretizar o plano curricular de ensino, seguindo com a recomendação do governo, utilizam o currículo contínuo, ou seja, a criação de um ciclo para conciliar os anos letivos

subsequentes com a adequação do currículo. Desta forma, as escolas terão dois anos para atingir seus objetivos de aprendizagem.

Segundo dados do IBGE, coletados no ano de 2019, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais, que finalizaram o ensino médio, atingiu a marca de 27,4% da população. Neste mesmo ano, 8% da população maior de 25 anos possuía apenas o ensino fundamental completo. Já com formação no ensino superior completa, a porcentagem chega aos 17,4%. Sendo assim, é possível concluir que no ano de 2015, a população de 25 anos ou mais que não possui ensino básico completo, definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96) o qual inclui ensino fundamental e médio, era 61,10% maior que a população com ensino superior completo conforme análise da Figura 1:

Figura 1: Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade no Brasil, no ano de 2019.



Fonte: Site oficial IBGE, 2019.

Sendo assim, até 2030, a meta é assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis. Assegurar assim que até 2024, 95% das crianças e jovens brasileiros concluam o ensino “na idade adequada”, conforme estabelece o Plano Nacional de Educação, que prevê as faixas etárias de 6 a 14 anos, para frequentar o ensino fundamental, e de 15 a 17, para cursar o ensino médio. Estabelecendo assim, competências necessárias, técnicas e

profissionais, para o pleno emprego e o trabalho decente, afim de fomentar inclusive o empreendedorismo (IPEA, 2019).

#### 4.4.5 ODS 5 E A PROPORÇÃO DE ASSENTOS OCUPADOS POR MULHERES EM PARLAMENTOS NACIONAIS E GOVERNOS LOCAIS

Em 142<sup>o</sup> posição no ranking de representatividade feminina no parlamento, de acordo com o Mapa das Mulheres na Política 2020, publicado pela ONU e a União Interparlamentar (UPI), o Brasil fica na frente de apenas outras 51 nações. O Brasil, como a maioria dos países, adota políticas de cotas para cargos eletivos. A reserva de vagas nas listas, adotada no Brasil, é quando uma parte das vagas nas listas é destinada por lei para um gênero. Neste caso, nem sempre a reserva de vagas na lista assegura que as mulheres terão candidaturas verdadeiramente competitivas, ou seja, com a chance de elegibilidade.

Em termos mundiais, no ano de 2020, um quarto dos assentos nos parlamentos nacionais era ocupado por mulheres, informou a UPI, representando 24,9% dos parlamentares. Nas Américas, as mulheres ocupam 31,3% dos assentos, enquanto a Europa está logo abaixo de 30% (G1, 2020). Já no Brasil, apenas 77 dos 513 assentos na Câmara dos Deputados são ocupados por mulheres, o qual representa apenas 14%, tendo em vista que o ideal para atingir a igualdade de gênero, seria obter um percentual de 50% de mulheres ocupando os assentos na Câmara dos Deputados (IBGE, 2022).

Dentre os incentivos, segundo decisão do TSE, aplicada a partir das eleições de 2018, a legislação brasileira estabelece um percentual mínimo de 30% de candidaturas de cada sexo (Lei 9.504/1997); aplicação de no mínimo 5% dos recursos de Fundos Partidários na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres (Lei 12.034/2009); no mínimo, 10% do tempo de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão seja destinado à promoção e à difusão da participação política feminina (Lei 12.034/2009); e 30% do fundo eleitoral deve ser destinado a candidaturas de mulheres (SENADO FEDERAL, 2015).

#### 4.4.6 ODS 6 E A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO QUE UTILIZA SERVIÇOS DE ÁGUA POTÁVEL GERENCIADOS DE FORMA SEGURA

Segundo o ranking de Saneamento Básico, publicado em 2021 pela Trata Brasil, apenas 26 das 100 maiores cidades brasileiras em que foram realizadas as análises possuíam 100% da população atendida com água potável. Na Tabela 1, é possível analisar a evolução percentual por ano da população brasileira com acesso a água potável.

Tabela 1: Porcentagem da população com atendimento à água potável.

| 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|------|------|------|------|------|
| 83,3 | 83,4 | 83,6 | 83,7 | 84   |

Fonte: Painel Saneamento e SNIS 2020.

Se comparados os números de 2016 a 2020, a porcentagem da população com acesso à água potável teve um crescimento de somente 0,7%, estando 15% abaixo da meta, que estabelece uma porcentagem de 99% da população total até o prazo final de cumprimento da agenda. Entretanto, ainda será possível atingir este objetivo nestes próximos anos.

Neste sentido, o governo propôs que até 2030, o objetivo é alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, seguro e acessível para toda população. Com instalações sanitárias confiáveis e acessíveis para satisfazer todas as necessidades das pessoas. Além disso, melhorar a qualidade hídrica, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas, reduzindo pela metade a proporção do lançamento de efluentes não tratados e aumentando substancialmente o reciclo e reuso seguro localmente (IPEA, 2019).

#### 4.4.7 ODS 7 E A PARTICIPAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA OFERTA INTERNA DE ENERGIA (OIE)

Ao falar de energia, ainda é difícil acreditar que uma porcentagem da população brasileira não tenha acesso nem a energia elétrica. No ano de 2019, o IBGE informou que 0,2% da população não possui este acesso. Entretanto, as metas estabelecidas pela Agenda, buscam ampliação no fornecimento e maior investimento na utilização de energias renováveis e limpas. A energia necessária para movimentar a economia dos países chama-se OIE e, em sua grande maioria, utiliza-se de fontes fósseis.

Conforme informado no site do Ministério da Economia (2019), o Brasil destaca-se pela grande produção energia renovável na produção total de energia. No resto do mundo a participação da energia renovável na OIE é de 13% e nos países do BRIC é de 15%. O Brasil é responsável por cerca de 46% dessa energia, e na matriz de energia elétrica, ultrapassa 82,5%, além de ser responsável pela produção de 7,2% da energia renovável mundial. Pode-se observar na Tabela 2 o aumento percentual da OIE no Brasil.

Tabela 2: Participação percentual das energias renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE) – Brasil.

| <b>Ano</b> | <b>Porcentagem (%)</b> |
|------------|------------------------|
| 2015       | 41,3                   |
| 2016       | 43,5                   |
| 2017       | 43,2                   |
| 2018       | 45,5                   |
| 2019       | 46,1                   |
| 2020       | 48,4                   |

Fonte: IBGE.

Observa-se que do ano de 2015 a 2020, o percentual das energias renováveis na OIE aumentou 7,1 pontos percentuais, com crescimentos graduais anuais. O indicador original da ONU diz respeito ao consumo de energia renovável no consumo final de energia, porém, no Brasil, foram consideradas as porcentagens de oferta e não de consumo.

Segundo o site oficial do governo brasileiro (2021), o Brasil possui abundância na possibilidade de geração de energia limpa, o qual pode ajudar a honrar o compromisso assumido na Cúpula do Clima deste ano de antecipar a neutralidade climática de 2060 para 2050. Dentre os incentivos oferecidos pelo Governo Federal está a eliminação de impostos de importação para equipamentos de energia solar, permitindo o aumento da competitividade da fonte solar no Brasil. Na Figura 2, é possível visualizar a oferta de energia per capita em comparação com outros países.

Figura 2: Oferta de Energia per capita



Fonte: Estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia 2030. Governo Federal.

Ao analisar a Figura 2, observa-se que o Brasil, em comparação com países da União Europeia, Estado Unidos e China, no ano de 2030 estará com a OIE bem abaixo que os mesmos em comparação ao ano de 2018. Os Estados Unidos, por exemplo, chegaram a 6,81 tonelada equivalente de petróleo (tep)/ habitante, enquanto a previsão do Brasil é chegar aos 1,64 tep/habitante em 2030. Sendo assim, o Brasil pretende melhorar a participação de energias renováveis na matriz energética nacional.

#### 4.4.8 ODS 8 E A PROPORÇÃO DE TRABALHADORES OCUPADOS EM ATIVIDADES INFORMAIS

Segundo pesquisa do IBGE (2021), o número de desempregados diminuiu 1,4 milhão no quarto trimestre de 2021, em comparação com o trimestre anterior. O número de empregados com carteira de trabalho assinada, entre outubro e dezembro de 2021, subiu 2,9% em relação ao trimestre anterior, o que significa 987 mil pessoas a mais. Já entre os trabalhadores sem carteira assinada, o aumento foi de 6,4% ou de 753 mil pessoas.

Ainda de acordo com o IBGE (2022), existem cerca de 13,9 milhões de desempregados no país, contingente que ficou estável frente ao ano anterior. O aumento na ocupação foi disseminado por diversas atividades econômicas. O maior crescimento percentual veio da construção (13,8%), que contratou 845 mil pessoas a mais. O comércio, setor bastante impactado pela Covid-19, teve ganho de 5,4% na comparação com 2020, o que representa um acréscimo de 881 mil pessoas.

No Brasil, segundo o IBGE (2021), o trabalho informal chega a 38 milhões de trabalhadores sem vínculo formal. Este número, representa 40,6% da população ocupada no 3º trimestre de 2021, 2,6% a mais que no mesmo período do ano anterior. Esta informalidade é maior na região norte e nordeste, tendo as 16 maiores taxas registradas nos estados da região. Em contrapartida, o estado com menor percentual de informais é Santa Catarina, com apenas 26,6% da população ocupada. Portanto, segundo o IPEA (2019), a meta é promover o desenvolvimento com a geração de trabalho digno; a formalização; o crescimento das micro, pequenas e médias empresas; do empreendedorismo e da inovação.

Com isso, o crescimento de 4,6% da economia brasileira em 2021 é um resultado que confirma a continuidade no crescimento da atividade econômica e recupera o nível pré-crise, segundo nota informativa da Secretaria de Política Econômica. Quando combinados os crescimentos de 2020 e 2021, a variação neste período é de 0,5%, superando o resultado da maioria dos países com maior PIB e os países vizinhos ao Brasil. O PIB brasileiro acumulado no último biênio superou todos os países do G7, exceto os Estados Unidos. Em relação ao G20, a variação dos últimos dois anos do PIB brasileiro ficou acima da maior parte dos países, superando

a média deste grupo, o que aponta evolução direta neste indicador (GOVERNO FEDERAL, 2022)

#### 4.4.9 ODS 9 E O EMPREGO NA INDÚSTRIA EM PROPORÇÃO DO EMPREGO TOTAL

Os indicadores de emprego industrial e faturamento real das empresas apontam alta, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgado no mês de março de 2022. O indicador de emprego industrial aumentou 0,1% em janeiro frente a dezembro de 2021, no entanto, o indicador segue abaixo do registrado em todo o primeiro semestre de 2021 e 5,2% abaixo do registrado em janeiro de 2021.

Entretanto, a taxa de desemprego no Brasil ainda é alta. No primeiro trimestre do ano de 2022, segundo o IBGE, foram registrados 11,9 milhões de desempregados, representando 11,1% da população brasileira. Deste percentual, participam as pessoas que têm idade para trabalhar (14 anos ou mais) e que estão trabalhando ou procurando trabalho (ocupadas e desocupadas). Porém, embora não possuam emprego, não são considerados desempregados: universitários que dedicam seu tempo aos estudos, donas de casa e empreendedores que possuem seu próprio negócio.

Para isso, promover a industrialização inclusiva sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo é de grande importância para atingir o objetivo de número 9, que visa construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, além de fomentar a inovação (IBGE, 2022).

#### 4.4.10 ODS 10 E A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE REFUGIADOS

O protagonismo da mobilidade humana global, gerando migrações forçadas e o próprio refúgio de muitas pessoas alcança o Brasil, o qual registrou intensificação do fluxo humano buscando proteção no país. Este aumento também pode ser justificado com base nas melhorias que o país tem buscado, com seus esforços na capacidade de gestão e ampliação em investimentos, fortalecendo o cuidado e a proteção à vida humana, garantido visibilidade, transparência e fortalecimento na política humanitária brasileira no campo migratório (ACNUR Brasil, 2021).

No ano de 2021, segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o Brasil registrou uma queda de 88,3% no número de refugiados, se comparado ao ano de 2020, totalizando 3.093 refugiados, enquanto no ano anterior, foram registrados 26.653 refugiados, dentre estes números, Venezuelanos são maioria. Podendo levar em conta a grave crise humanitária ocorrida em 2020, esta queda nos números de refugiados no país, foi forçada pelo fechamento das fronteiras durante o período de pandemia. Já no ano de 2022, segundo o Ministério da Justiça (2022), até o mês de fevereiro, já haviam registros de 7.375 solicitações de refúgio.

Contudo, afim de atingir o objetivo 10 da Agenda, o Brasil estabeleceu que irá trabalhar na facilitação da migração e promoção da integração de migrantes e refugiados à sociedade brasileira. De acordo com a Agência das Nações Unidas para Refugiados, as pessoas refugiadas são indivíduos que saem de seus países de origem por diversos motivos pessoais e societários, e que como resultado, buscam a proteção internacional (IPEA, 2019).

#### 4.4.11 ODS 11 E O NÚMERO DE MORTES, PESSOAS DESAPARECIDAS E PESSOAS DIRETAMENTE AFETADAS ATRIBUÍDO A DESASTRES

Em decorrência dos eventos climáticos, segundo Carmo e Anazawa (2014), nos últimos anos foram diversos os desastres naturais no Brasil e no mundo. Evidências afirmam uma potencialização de situações de desastre, com aumento inclusive de suas intensidades. Ao observar os espaços urbanos, é possível notar que

os espaços reservados para a população de baixa renda, em sua maioria, são locais com maiores riscos de deslizamentos e inundações. As ocupações urbanas são decorrentes de um processo social, com distribuições e ganhos desiguais.

Portanto, até 2030, o Brasil estima reduzir significativamente o número de mortes e pessoas afetadas por desastres naturais que provenham de origem hidro meteorológica e climatológica, dois principais desastres decorrentes no Brasil. Além disso, diminuir o número de pessoas em áreas de risco e principalmente pessoas de baixa renda em situação de vulnerabilidade, busca também, diminuir perdas econômicas causadas por desastres naturais em relação ao PIB global (IPEA, 2019).

Nos primeiros 5 meses do ano de 2022, 457 pessoas morreram pelo aumento excessivo de chuvas, segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) (2022). Este número representa um aumento de 57% em relação ao ano de 2021, que ao longo de todo o ano, o número de mortos chegou a 290 pessoas. Pode-se afirmar que os danos foram causados principalmente pelo alto volume de precipitação, porém, muitos deles foram desencadeados também pela falta de políticas públicas.

Segundo o IBGE (2022), o indicador do número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas (atribuído a desastres), é composto pelas variáveis: mortos, desaparecidos e o agregado de pessoas diretamente afetadas fruto da soma de feridos, enfermos, desabrigados, desalojados e outros afetados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. Contudo, a hipótese do aumento de mortalidade, por consequência dos desastres, não pôde ser confirmada, tendo em vista que a frequência e a gravidade dos desastres ao longo do tempo sofreram grandes oscilações (CARMO et. al, 2014).

#### 4.4.12 ODS 12 E A TAXA DE RECICLAGEM NACIONAL POR TONELADAS DE MATERIAL RECICLADO

Para o cumprimento deste objetivo, é imprescindível que taxa de reciclagem das indústrias, empresas e consumidores seja maior que a de desperdício. Por ano,

são gerados quase 80 milhões de toneladas de lixo no Brasil. Deste número, apenas 3% são destinados à reciclagem, 6% abaixo da média mundial, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). Com isso, perdem-se 14 bilhões de reais todos os anos com o descarte incorreto, e junto disso, várias oportunidades de emprego, serviços e produtos (SOUZA, 2021).

No Brasil, no ano de 2020, apenas 23,1% de todo plástico foi reciclado. Dentre as embalagens longa vida, como caixas de leite, por exemplo, 42,7% foram recicladas. Entretanto, no ano de 2021, 98,7% das latas de alumínio foram recicladas, totalizando 409 mil toneladas e levando o Brasil ao primeiro lugar no ranking dos países que mais contribuem para a reciclagem de alumínio no mundo (CEMPRE, 2022).

Para isso, até 2030, o Brasil se propõe a reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da Economia Circular e, conseqüentemente, melhorar suas ações de prevenção, redução, reciclagem e reuso de resíduos. Todavia, ainda não é possível estabelecer estimativas, pelo fato de não existirem indicadores nacionais que permitam acompanhar a meta precisamente. Vale ressaltar que o grande número de classes de resíduos dificulta estabelecer uma meta percentual geral de reciclagem destes materiais (IPEA, 2019).

#### 4.4.13 ODS 13 E AS EMISSÕES TOTAIS DE GASES DE EFEITO ESTUFA POR ANO

Ao contrário do resto do mundo, que registra queda de 7% na taxa de emissão de gases estufa, o Brasil registrou aumento de 9,5% no ano de 2020. Este motivo se deve, principalmente, ao desmatamento da Amazônia, que por conta das alterações no solo, alcançou 782 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> emitidas. O país, neste período, lançou a atmosfera 2,16 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente, estimados pelo Sistema de Estimativas de Emissões de Gases e Efeito Estufa (SEEG), um aumento de 14% em relação ao mesmo período de 2019 (O ECO, 2021).

Conforme o gráfico publicado em 2020 pela *Global Carbon Project*, é possível visualizar que os gases estufas começaram a ser emitidos severamente em todo o mundo a partir de 1990, todavia, 52,74% da emissão de CO<sub>2</sub>, ocorreu nos últimos 30 anos. Nos dias de hoje, segundo a BBC News (2021), cerca de 86% das emissões de

dióxido de carbono no mundo são provenientes da queima de combustíveis fósseis para a produção de energia e materiais.

Ainda segundo o IPEA (2019), para reverter estes números, é fundamental integrar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) às políticas, estratégias e planejamentos nacionais, reunindo planos de ações governamentais, metas e o interesse público. Esta política oficializa o compromisso voluntário do país, instituída em 2009 pela Lei nº 12.187, que busca garantir o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a proteção do sistema climático global (MMA, 2013).

#### 4.4.14 ODS 14 E A COBERTURA DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS MARINHAS

Dentre a área marinha e costeira brasileira, foi constatado no ano de 2021, que 27,8% desta é protegida por 739 unidades de conservação e a efetividade das unidades de conservação marinhas foi avaliada em 2020, a qual identificou que 65% delas, apresenta efetividade moderada, 27,5% podem ser consideradas plenamente efetivas e 7,5% tem reduzida efetividade. Para auxiliar no processo de melhoria, foram estabelecidos acordos que norteiam questões de representação ecológica através da gestão efetiva, equitativa e qualitativa (GOVERNO FEDERAL, 2021).

Definiu-se, então, que até 2030 será preciso conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível. Na área marinha, as unidades de conservação ajudam na recuperação dos estoques de pesca, aumentam o potencial da produção pesqueira, regulam o clima, reciclam nutrientes e protegem a costa da erosão acelerada. Este indicador é obtido através da razão entre a área total das unidades de conservação marinhas e a área marinha brasileira (IBGE,2022).

#### 4.4.15 ODS 15 E A ÁREA FLORESTAL COMO PROPORÇÃO DA ÁREA TOTAL DO TERRITÓRIO

Dentre as metas do ODS 15, esta busca assegurar-se-á preservação da área florestal, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais. Para isso, o indicador utilizado será a área florestal como proporção da área total do território brasileiro (IBGE, 2022).

O país é constituído de variados tipos de vegetação, como cerrado, mata atlântica, caatinga e outros, por isso, o Bioma brasileiro é único e resulta em uma diversidade própria. Segundo o Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF, 2015), a área florestal brasileira equivale a 58,5% do território total. Esta área ocupa 497.962.509 hectares, e deste total, 98% são florestas naturais e apenas 2%, florestas plantadas. A base de floresta do Serviço Florestal Brasileiro está em constante aprimoramento e informações atualizadas são publicadas com frequência no portal do SNIF.

Ao buscar ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, afim de estabelecer diretrizes para ações de fiscalização e combate ao desmatamento ilegal, queimadas e outros, foi criado pelo governo no ano de 2021 o Plano Amazônia. Este apresentou como meta reduzir, até 2022, o número de queimadas e desmatamentos ilegais para 8,7 mil km<sup>2</sup>, medido pelo satélite do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélites, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (VILELA, 2021).

#### 4.4.16 ODS 16 E A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO QUE SE SENTE SEGURA QUANDO CAMINHA SOZINHA NA ÁREA ONDE VIVE

No Brasil, a insegurança acompanha diariamente quase metade da população com dez anos ou mais. Os números segundo o IBGE (2009), apontam que 47,2% da população se sente insegura nas cidades onde vivem. Em comparação entre áreas

urbanas e áreas rurais, 22,1% dos moradores rurais sentem-se mais seguros. Ainda há uma diferença entre homens e mulheres, apontando que homens declaram sentirem-se mais seguros, tanto em suas residências, como no bairro ou cidade em que vivem.

Vive-se em um mundo com constantes divisões, o qual geram conflitos e violência armada, influenciando negativamente no desenvolvimento econômico e podendo ainda gerar sofrimentos como violência sexual, crimes e exploração nas regiões em que o estado de direito não está estabelecido. Sendo assim, é preciso ter paz, estabilidade, direitos humanos e governos efetivos que busquem junto à comunidade encontrar soluções duradouras e eficazes, afim de fortalecer o estado de direito e a promoção dos direitos humanos (PNUD, 2022).

Portanto, a meta é reduzir esta taxa de insegurança de forma significativa em todas as suas formas de violência. As taxas de mortalidade devem ser reduzidas: em 1/3 as taxas de feminicídio, homicídios de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres e integrantes da comunidade LGBTQIA+, promovendo, assim, sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionando o acesso à justiça, construindo instituições eficazes, responsáveis e principalmente seguras (IPEA, 2019).

#### 4.4.17 ODS 17 E O VOLUME DE REMESSAS (EM DÓLARES DOS ESTADOS UNIDOS) COMO PROPORÇÃO DO PIB TOTAL

Segundo Grandchamp (2022), os volumes de envios e recebimentos de dinheiro realizados por brasileiros no ano de 2021 superaram em 15,4% os volumes em comparação ao ano anterior. O principal parceiro do Brasil, em fluxo de entrada e saída de dinheiro é os Estados Unidos, com cerca de US\$ 2.329 bilhões transacionados neste ano, atingindo a marca de 42,19% das remessas totais. Em geral, os brasileiros recebem mais dinheiro do exterior do que enviam, com exceção de Portugal, que recebeu US\$ 270 milhões do Brasil no ano de 2021, enquanto enviou US\$ 217 milhões.

Esta meta, afim de mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes, retirando a limitação a recursos financeiros, a Agenda visa firmar parcerias e busca meios de implementação para esta meta. O indicador será medido através da soma das receitas classificadas no Balanço de Pagamentos, como remunerações de empregados e transferências pessoais, integrando as contas de renda primária e secundária. O fluxo total de receitas, será dividido pelo PIB acumulado no mesmo período (IBGE, 2022).

A Tabela 3 apresenta o volume de remessas (em US\$) em proporção ao PIB total no Brasil, avaliando desde o ano de 2011, até o ano de 2019.

Tabela 3: Volume de remessas (em US\$) em proporção ao PIB total – Brasil – 2011 – 2019

| <b>Ano</b> | <b>Percentual (%)</b> |
|------------|-----------------------|
| 2011       | 0,12                  |
| 2012       | 0,11                  |
| 2013       | 0,11                  |
| 2014       | 0,11                  |
| 2015       | 0,16                  |
| 2016       | 0,15                  |
| 2017       | 0,12                  |
| 2018       | 0,13                  |
| 2019       | 0,13                  |

Fonte: Banco central do Brasil.

Analisando a tabela, é possível concluir que o percentual de remessas em US\$ em proporção ao PIB total do Brasil, desde 2011 a 2019, sofreu um aumento de apenas 0,01%. Em 2015, houve o maior percentual registrado, atingindo o percentual de 0,16%, um total de 0,05% a mais que em comparação ao mesmo período do ano de 2014. No ano seguinte, sofreu uma queda no percentual que foi estabilizado apenas no ano de 2018 e se mantendo no ano de 2019.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo teve como objetivo analisar os objetivos de desenvolvimento sustentável do Brasil para com a Agenda 2030. Para tanto, após identificar os objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU na Agenda 2030, mapear as metas estabelecidas pelo Brasil para atender aos ODS e analisar indicadores brasileiros relacionados a cada um dos ODS foram escolhidos pelo autor alguns indicadores, que nortearam o trabalho para uma análise da evolução do Brasil.

Dentre os objetivos propostos está a busca em diminuir a taxa de pobreza extrema no país. Por meio dos dados fornecidos pelo IBGE (2010), observou-se que as ações executadas até o momento não viabilizaram a redução desse índice, pois a taxa da população brasileira que vive em condições de pobreza extrema vem aumentando desde o ano de 2018. Para chegar ao objetivo, ainda é necessário que 9,8% desta fatia da população saia da situação extrema, o que torna o objetivo bastante desafiador e exige do poder público maiores investimentos em questões sociais e programas de distribuição de renda.

O segundo objetivo que prevê subsídios as exportações, não demonstrou avanços. O Brasil ocupa o 13<sup>a</sup> lugar de maior economia global, e a 25<sup>a</sup> posição entre os maiores exportadores mundiais de bens (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2021). As exportações brasileiras representam cerca de 50% do mercado mundial de soja (EMBRAPA, 2021). Em busca deste objetivo, e a fim de aumentar as exportações, o governo isenta os exportadores de diversos impostos, como IOF, PIS, COFINS, IPI, ISS, entre outros.

Em relação à análise de outro ODS, observou-se que o Brasil conta com o Programa Nacional de Vacinação que visa facilitar o acesso da população às vacinas disponíveis. Com este programa, já foi possível imunizar grande parte da população com diferentes vacinas. Um exemplo de sucesso foram as campanhas contra poliomielite que foram iniciadas em 1980, estando o país livre da doença desde 1990, alcançando 95% de cobertura vacinal e erradicando a mesma do país (ROTARY, 2017).

Para o ODS 4, que fala sobre a taxa da população a qual concluiu o ensino fundamental e médio, foram coletados no ano de 2019 dados com pessoas de 25 anos

ou mais, que finalizaram o ensino médio, o qual atingiu a marca de 27,4% da população (IBGE, 2019). Este percentual está bem abaixo do estabelecido para ser atingido até 2030. A taxa está na mesma proporção que a da República Dominicana, que fica abaixo apenas de El Salvador, Honduras e Guatemala dentre os países latino-americanos (GARCIA, 2018).

O quinto objetivo, ao falar de igualdade de gênero na política, analisou a Câmara dos Deputados do Brasil, segundo o IBGE (2022), apenas 77 dos 513 assentos são ocupados por mulheres. Este número representa apenas 14%, tendo em vista que o ideal para atingir a igualdade de gênero é obter um percentual de 50% de mulheres ocupando os assentos. A ONU Mulheres (2020), apontou que estes números levam o Brasil aos piores indicadores da América Latina, em 9º lugar, entre 11 países.

O objetivo 6 prevê água potável e saneamento básico, porém, o atual percentual da população brasileira com acesso a água potável é de cerca de 84%, um percentual 15% abaixo da meta a ser atingida até 2030 (SNIS, 2020). Portanto, é preciso melhorar a qualidade hídrica do país, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas (IPEA, 2019).

Já o ODS 7 busca participação de energias renováveis na matriz energética brasileira. O Brasil é responsável pela produção de 7,2% da energia renovável mundial, porém, o acesso da população ainda é bastante custoso (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019). Por isso, segundo o Governo Federal (2022), serão criados incentivos afins de eliminar os impostos de importação de equipamentos de energia solar, permitindo o aumento da competitividade da fonte solar no Brasil.

Quanto ao objetivo 8, que idealiza a redução do trabalho informal, foi possível observar que, no Brasil, o trabalho informal chega a 38 milhões de trabalhadores sem vínculo formal, o qual representa 40,6% da população ocupada no 3º trimestre de 2021 (IBGE, 2021). Portanto, para promover a geração de trabalho digno e formal, o governo deverá fomentar programas de formação profissional, ajustar as leis trabalhistas e praticar melhorias nos sistemas empregatícios.

Para o ODS 9, é previsto significativo aumento na industrialização sustentável, até 2030 aumentando sua participação no emprego. Segundo pesquisa da CNI

(2022), houve um aumento de 0,1% em janeiro de 2022, frente a dezembro de 2021. Este formato de industrialização trará benefícios, tendo em vista que além de incentivos governamentais, observa-se economia de energia, e outros benefícios.

O décimo objetivo prevê facilitar a migração e promoção da integração de migrantes e refugiados à sociedade brasileira. Sendo assim, será facilitada a “proteção internacional” aos que necessitarem. Um ponto bastante favorável ao Brasil é de que está entre os países mais favoráveis a recepção de refugiados do mundo (IPSOS, 2021).

O ODS 11 busca maior segurança, diminuição das taxas de mortalidade e desaparecimento de pessoas. Nos primeiros 5 meses do ano de 2022, 457 pessoas morreram pelo aumento excessivo de chuvas (CNM, 2022). Muitos dos problemas relacionados à segurança pública brasileira podem ser desencadeados pela falta de políticas públicas, investimentos e proteção à população.

Contudo, o objetivo 12, que fala da reciclagem, mostra um cenário ainda precário no Brasil. Por ano, no Brasil, são gerados quase 80 milhões de toneladas de lixo e deste número, apenas 3% são destinados à reciclagem, 6% abaixo da média mundial (SOUZA, 2021). Com isso, perdem-se bilhões de reais todos os anos com o descarte incorreto e, junto disso, várias oportunidades de emprego, serviços e produtos.

Na mesma linha, para o ODS 13, o Brasil não foi eficaz. Foi registrado um aumento de 9,5% na emissão de gases no ano de 2020. Uma das principais causas, pode-se dizer que foi o desmatamento da Amazônia, que alcançou 782 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> emitidas (O ECO, 2021). Percebe-se que o país não está promovendo o incentivo do uso das energias renováveis, afim de diminuir o uso das energias poluentes.

Para o ODS 14, que prevê preservação da área marinha e costeira brasileira, foi constatado no ano de 2021, que apenas 27,8% desta área é preservada (GOVERNO FEDERAL, 2021). Portanto, será preciso conservar pelo menos mais 10% das zonas costeiras e marinhas, até o cumprimento da Agenda, de acordo com a legislação nacional e internacional e com base na melhor informação científica disponível.

O décimo quinto objetivo busca a preservação da área florestal brasileira. Esta equivale a 58,5% do território total, uma área de 497.962.509 hectares e, deste total, 98% são florestas naturais e apenas 2% florestas plantadas (SNIF, 2021). O Plano Amazônia está em ação para evitar crimes ambientais, porém, nota-se que não é de notável eficiência, tendo em vista que não estão diminuindo os números de crimes ambientais registrados no país.

O penúltimo ODS fala sobre segurança pública, entretanto, em 2009, o IBGE apontou que 47,2% da população sentia-se insegura nas cidades onde viviam. Em comparação entre áreas urbanas e áreas rurais, 22,1% dos moradores rurais sentiam-se mais seguros. Dados de 2018, divulgados pelo Gallup, apontam que a insegurança dos brasileiros só não é maior que da Venezuela.

Por fim, o ODS 17 analisa o volume de remessas enviadas por brasileiros. Os números apontam que os brasileiros mais recebem remessas do exterior que enviam. Segundo Nakagawa (2020) as remessas para fora do país aumentam conforme a piora da economia, desde março de 2019, os percentuais de remessas crescem todos os meses. Entretanto, há uma exceção: Em 2021, Portugal recebeu US\$ 270 milhões do Brasil, enquanto enviou US\$ 217 milhões (GRANDCHAMP, 2022). Ao analisar a situação, é possível cogitar que um dos motivos desta desproporção entre remessas enviadas e recebidas seja a desvalorização do real, o que não torna as remessas para o exterior tão rentáveis quanto quando enviadas do exterior para o Brasil.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a análise e discussão dos resultados, é possível identificar e refletir sobre as contribuições do estudo, possibilitando uma análise dos principais objetivos da Agenda, suas metas e seus indicadores. Para isso, foi preciso observar os objetivos propostos ao início do estudo, com o intuito de analisar e refletir sobre as contribuições do estudo realizado, destacando também limitações, bem como sugestões para pesquisas futuras.

Com a finalidade de analisar os objetivos de desenvolvimento sustentável e o compromisso do Brasil para com a Agenda 2030, buscando atingir o objetivo geral, foi realizada uma análise dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU, os quais são utilizados mundialmente, e que distribuídos em 17 enfoques, buscam melhorias, desenvolvimento e compromisso dos países e população para o cumprimento das metas.

Porém, ao analisar os objetivos mundiais, notou-se que algumas das propostas estabelecidas não estão de acordo com a realidade brasileira. Por isso, foram ajustadas ou removidas do plano pelo governo do Brasil, afim de poder atender aos ambiciosos ODS. Segundo as Nações Unidas Brasil (2022) o trabalho da nação para com a Agenda, contribui ao apelo global contra a pobreza, em prol da proteção ao meio ambiente e ao clima, a garantia de um futuro de paz e prosperidade para a população, visando atingir a Agenda 2030 no Brasil.

Sendo assim, foi realizada uma análise da evolução de um indicador brasileiros relacionados a cada um dos ODS, possibilitando uma percepção do trabalho desenvolvido pelo Brasil até o presente momento. A análise mostrou pequenos avanços ou até mesmo retrocessos nos indicadores avaliados, o que mostra que ainda é preciso trabalhar muito para poder evoluir e caminhar junto a Agenda até 2030.

Este avanço lento ou inexistente deve-se à falta de recursos públicos e a falta de informações em sua grande maioria, o que limita a atuação governamental e da própria população. O mesmo se deve ao presente estudo, que enfrentou diversas limitações no acesso a dados confiáveis e atualizados, os quais poderiam contribuir com a qualidade e segurança das informações nele contidas.

Além disso, apesar desse estudo promover reflexões importantes acerca do papel do Brasil no cumprimento dos ODS, vale destacar que a escolha de analisar apenas um indicador por objetivo torna-se uma limitação importante da pesquisa. A fim de viabilizar a execução do trabalho, apenas 1 indicador foi escolhido, de forma deliberada pelo autor. Porém, tem-se a clareza que, caso fossem escolhidos outros indicadores, poderiam ser geradas análises distintas. Além disso, para se ter a ciência completa da evolução do Brasil no cumprimento dos ODS, é importante que todos os indicadores sejam avaliados, fato que abre espaço para pesquisas futuras que desejem seguir investigando essa temática.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/exportacao-e-comercio-exterior/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

AGÊNCIA ESTADO. **IBGE: 77 milhões de pessoas têm medo de andar na rua**. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/12/ibge-77-milhoes-de-pessoas-tem-medo-de-andar-na-rua.html>. Acesso em: 05 maio 2022.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (2015) **Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Transferências internacionais de brasileiros cresceu em 2021**. 2022. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub>. Acesso em: 22 maio 2022.

BECKERS, A. C. B. R.; PINHEIRO, D. M.; WINTER, L. A. C. **Globalização, mudança climática, a implementação do objetivo de desenvolvimento sustentável nº 13 e o atual impasse do estado Brasileiro. Por uma agenda 2030**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/inter/article/download/29983/17620>. Acesso em: 7 nov. 2021.

BLOG NARWAL SISTEMAS. **A conexão vital entre Comércio Exterior e Sustentabilidade**, jul. 2019. Disponível em: <http://blog.narwalsistemas.com.br/sustentabilidade-e-comercio-exterior/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Editora Vozes Limitada, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=px46DwAAQBAJ&lpg=PT4&dq=sustentabilidade&lr&hl=pt-BR&pg=PT4#v=onepage&q=sustentabilidade&f=false>. Acesso em: 30 out. 2021.

BONELLI V. V., LAZZARESCHI N. **Globalização, Desenvolvimento Sustentável, e Geração de Emprego**. Revista Pensamento & Realidade, v. 27 n. 4 (2012). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/14728/10721>. Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL ECONÔMICO. **Brasil tem taxa de pobreza extrema maior do que no início da década passada**. ECONOMIA IG. 2021. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-01-31/brasil-tem-taxa-de-pobreza-extrema-maior-do-que-no-inicio-da-decada-passada.html>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRITO RP, Berardi PC. **Vantagem competitiva na gestão sustentável da cadeia de suprimentos: um metaestudo**. Rev Adm Empresa. 2010. Acesso em: 6 out. 2021

BRZOZOWSKI, J. **Migração internacional e desenvolvimento econômico**. Revista Estudos Avançados, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/6JmxFzPTBpzgcQkV3dGh9CF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2021.

CAMPOS, Luis; CANAVEZES, Sara; **Introdução à Globalização**. Instituto Bento de Jesus Caraça, abr. 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/2468>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CAVALCANTI, C. Desenvolvimento sustentável e gestão dos recursos naturais: **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 22, n. 2, p. 96-103, 13 dez. 2004. Acesso em: 28 out. 2021.

CEPAL. **Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe**. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/populacao-sem-renda-propria-sexo>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CHEN, Y. S. **The Driver of Green Innovation and Green Image – Green Core Competence**. J Bus Ethics, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9522-1>. Acesso em: 02 nov. 2021

CIGNACCO, Bruno. R. **Fundamentos de Comércio Internacional para Pequenas e Médias Empresas**. Editora Saraiva, 2009. 9788502111813. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502111813/>. Acesso em: 08 set. 2021.

CNI. **Exportação no Brasil: presença no mercado global**. PORTAL DA INDÚSTRIA. 2021. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/exportacao-e-comercio-exterior/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

**CO2: Os gráficos que mostram que mais da metade das emissões ocorreram nos últimos 30 anos**. BBC NEWS BRASIL. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59013520>. Acesso em: 25 abr. 2022.

CONEKI. **SUSTENTABILIDADE NO COMEX: Preservação ambiental e sanções comerciais**. SAMERICA TRADE. Santana, 2020. Disponível em: <https://www.samericatrade.com/sustentabilidade-e-o-comercio-exterior/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL. **Como atua o Brasil em relação aos ODS?**. CACB. 2021. Disponível em: <https://cacb.org.br/empreender/como-atua-o-brasil-em-relacao-aos-ods/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

DATA SUS. **Informações de Saúde**. Ministério da Saúde. 2013. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/pni>. Acesso em: 22 maio 2022.

DE OLIVEIRA CLARO, P. B., Claro, D. P., & Amâncio, R. **Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações**. Revista de Administração-RAUSP, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2234/223417504001.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021

DUGNANI, Patrício. **Globalização e Desglobalização: Outro Dilema da Pós-Modernidade**. Revista FAMECOS, 25(2), ID27918. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.2.27918>. Acesso em: 07 nov. 2021.

ESTENDER, A. C., & Pitta, T. D. T. M. (2009). **O conceito do desenvolvimento sustentável**. Revista Terceiro Setor-UnG, 2(1), 22-28. Disponível em:

<http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/viewFile/399/484>. Acesso em: 10 set. 2021.

FERREIRA, Rafael.G. C.; MIRANDA, Leandro.B.A. D.; PINTO, Rafael. A.; AL., et. **Preparação e Análise Exploratória de Dados**. Sagah, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902890/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FERRO, A. F. P., Bonacelli, M. B. M., & Assad, A. L. D. **Oportunidades tecnológicas e estratégias concorrenciais de gestão ambiental: o uso sustentável da biodiversidade brasileira**. *Gestão & Produção*, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/WFhGRtPynkBTGJYPcH77zr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2021.

FINURAS, P. **Globalização e Gestão das Diferenças Culturais**. 2º Ed. Lisboa: Edições Sílabos, 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Grupo A, 2008. 9788536318523. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536318523/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FRANK, Eduardo. **Coleta de dados: o que é, metodologias e procedimentos**. Blog Mettzer. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/citacao-direta-curta-longa/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

G1 GLOBO. **Mulheres ocupam 25% das vagas em parlamentos no mundo, aponta estudo**. G1. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/03/06/mulheres-ocupam-25-das-vagas-em-parlamentos-no-mundo-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 5 abr. 2022.

GARCIA SALAZAR, Edith M. **Economía ecológica frente a economía industrial: El caso de la industria de la curtiduría en México**. Argumentos (Méx.), México, v. 21, n. abr. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0187-57952008000100004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952008000100004&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 20 set. 2021.

GERHARDT, T. E., & Silveira, D. T. (Orgs). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Acesso em: 8 nov. 2021.

GIFE. **Monitoramento da implementação da Agenda 2030 é missão empreendida por governos, empresas e organizações da sociedade civil**. 2019. Disponível em: <https://gife.org.br/monitoramento-da-implementacao-da-agenda-2030-e-missao-empreendida-por-governos-empresas-e-organizacoes-da-sociedade-civil/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

GLOBO. **Saiba como trabalhar na ONU**. G1 GLOBO. São Paulo, 2009. Disponível em: [http://g1.globo.com/Noticias/Concursos\\_Empregos/0,,MUL1264410-9654,00-SAIBA+COMO+TRABALHAR+NA+ONU.html](http://g1.globo.com/Noticias/Concursos_Empregos/0,,MUL1264410-9654,00-SAIBA+COMO+TRABALHAR+NA+ONU.html). Acesso em: 15 out. 2021.

GOVERNO DO BRASIL. **Bons resultados dos indicadores brasileiros mostram que o Brasil avança na retomada econômica**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/04/os-bons-resultados-dos-indicadores-brasileiros-mostram-que-o-brasil-avanca-na-retomada-economica>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GOVERNO DO BRASIL. **Desemprego no país cai para 11,1% no quarto trimestre de 2021**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2022/02/desemprego-no-pais-cai-para-11-1-no-quarto-trimestre-de-2021>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GOVERNO FEDERAL. **Programa Nacional de Imunizações - Vacinação**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-informacao/acoes-e-programas/programa-nacional-de-imunizacoes-vacinacao>. Acesso em: 1 abr. 2022.

GOVERNO FEDERAL. **Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/ecossistemas-costeiros-e-marinhas/unidades-de-conservacao-costeiras-e-marinhas>. Acesso em: 05 maio 2022.

GRANDCHAMP, LEONARDO. **Transferências internacionais de brasileiros cresceu em 2021**. Jornal Contábil. 2022. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/transferencias-internacionais-de-brasileiros-cresceu-em-2021/>. Acesso em: 15 maio 2022.

GRILLITSCH M. Hansen T. **Green industry development in different types of regions**, European Planning Studies, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1648385>. Acesso em: 02 nov. 2021

GUARALDO, MARIA CLARA. **Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo**. EMBRAPA. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo>. Acesso em: 25 abr. 2022.

GUIMARÃES, P. C. V. **Comércio Internacional e Desenvolvimento Sustentável: Condicionantes para Ação Empresarial**. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 34, n. 5, set-out, p.6-12, 1994. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901994000500002>. Acesso em: 17 ago. 2021.

HARGRAVE, J., Milanez, B. **O Comércio internacional e a sustentabilidade socioambiental no Brasil**. (2011). Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3772/1/Comunicados\\_n79\\_Sustentabilidade.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3772/1/Comunicados_n79_Sustentabilidade.pdf). Acesso em: 30 out. 2021.

HARRINGTON, R. A., Kujawski, R., & Ryan, H. D. P. **Invasive plants and the green industry**. Journal of Arboriculture, 2003. Disponível em: <https://plantright.org/wp-content/uploads/2017/07/Harrington-et-al2003.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021

HIDALGO, R. **Tendencias del comercio internacional de bienes, políticas comerciales y negociaciones multilateral**. Revista Economía y Desarrollo, 135-154. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/pdf/eyd/v159n1/eyd09118.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

HIROMA, E. O.; ZANARDINI, I. M. S. **Estado e gerenciamento da educação para o desenvolvimento sustentável: recomendações do capital expressas na Agenda 2030**. Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13785>. Acesso em: 6 out. 2021.

IBGE. **Conheça o Brasil - Educação da População**. IBGE EDUCA. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

INDIGO. **Os 3 pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental**. 2022. Disponível em: <https://www.indigoag.com.br/pt-br/blog/os-3-pilares-da-sustentabilidade>. Acesso em: 30 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. ODS Brasil. Brasília, 2021. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=1>. Acesso em: 22 out. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. IPEA. 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf). Acesso em: 14 mar. 2022.

IPEA. **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/index.html>. Acesso em: 1 abr. 2022.

IPSOS. **Dia Mundial dos Refugiados: no Brasil, 8 em cada 10 apoiam acolhimento de refugiados**. 2021. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br>. Acesso em 10 jun. 2022

LAYRARGUES, P. P. **Do Ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: a evolução de um conceito?** Em: Proposta. Rio de Janeiro, v. 24. n. 71, p. 5-10, dez/fev. 1997. Acesso em: 12 set. 2021.

LIMA, R. A. **A produção de energias renováveis e o desenvolvimento sustentável: Uma análise no cenário da Mudança do Clima**. Revista Direito Energia, v. 5, 22 abr. 2014. Acesso em: 24 out. 2021

MACHADO, M. W.; MATSUSHITA, T. L. **Globalização e Blocos Econômicos**. Edição Extraordinária: Direitos Humanos - v. 1 n. 1-Ext (2019).

MALVETANO, A. **Globalização e Homogeneização Cultural**. São Paulo, 2018.

MARQUES, Marcelo Filipe Carvalho - **Agenda 2030: objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU: desafios ao desenvolvimento tecnológico e à inovação empresarial**. Lisboa: Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, 2019. Dissertação de mestrado. Acesso em: 06 out. 2021

MENDONÇA, CAMILA. **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. EDUCA MAIS BRASIL. 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/biologia/desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MICHAELSEN, Alexandra. **Agenda 2030: quais os esforços para promover o desenvolvimento sustentável?** POLITIZE. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/agenda-2030/>. Acesso em: 18 out. 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Política Nacional sobre Mudança do Clima**. 2013. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/politica-nacional-sobre-mudanca-do-clima.html>. Acesso em: 01 maio 2022.

NAKAGAWA, Fernando. **Remessa dispara e brasileiro no exterior já manda US\$ 358 mil por hora à família**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/remessa-dispara-e-brasileiro-no-externor-ja-manda-us-358-mil-por-hora-a-familia/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

NASCIMENTO, Luciano. **Emprego na indústria cresce 0,1% em janeiro, aponta CNI**. AGÊNCIA BRASIL. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-03/emprego-na-industria-cresce-01-em-janeiro-aponta-cni>. Acesso em: 01 maio 2022.

OLIVEIRA, G. R. **Implicações da globalização no desenvolvimento socioeconômico e na sustentabilidade ambiental**. Orbis Latina, Foz do Iguaçu, 2018.

ONU BRASIL. **Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: Orientações para organizações políticas e a cidadania. Disponível em: [https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/articulando\\_programas\\_de\\_governos\\_com\\_agenda\\_2030.pdf](https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/articulando_programas_de_governos_com_agenda_2030.pdf). Acesso em: 13 mar. 2021.

ONU. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil. Brasília, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 07 out. 2021.

PEDRO, M. O. B. **Instrumentos e políticas públicas para incentivo à quarta revolução industrial (indústria verde)**. Jul, 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5581/1/Maria%20Olivia.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021

PNUD. **Objetivo 16: Paz, justiça e instituições eficazes**. 2022. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-16-peace-justice-and-strong-institutions.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

PRIZIBISCZKI, CRISTIANE. **Em plena pandemia, Brasil registra aumento de 9,5% nas emissões de gases estufa**. O ECO. 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/em-plena-pandemia-brasil-registra-aumento-de-95-nas-emissoes-de-gases-estufa/>. Acesso em: 01 maio 2022.

RODRIGUES, DOUGLAS. **Informalidade volta a subir; país tem 38 mi de trabalhadores sem vínculos**. G1. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/03/06/mulheres-ocupam-25-das-vagas-em-parlamentos-no-mundo-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. Estudos Avançados, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>. 23 abr. 2012. Acessado em: 28 out. 2021.

ROTARY INTERNACIONAL. **Eliminando a Pólio**. 2017. Disponível em: <https://www.rotary.org/pt/our-causes/ending-polio>. Acesso em: 3 jun. 2022.

SANTOS, Y. M. dos. **Igualdade de gênero, objetivos de desenvolvimento sustentável e a guarda familiar**. Monumenta - Revista Científica Multidisciplinar, v. 2, 2021. Disponível em: <https://revistaunibf.emnuvens.com.br/monumenta/article/view/25>. Acesso em: 24 out. 2021.

SAPIENZA, R.; PANDOLFI, M. A. C. **Responsabilidade Social e Sustentabilidade como estratégias das empresas**. Revista Interface Tecnológica, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 327-336, 2019. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/608>. Acesso em: 07 nov. 2021.

SCHIO, N. D. S., Mazzioni, S., Moura, G. D., & Dal Magro, C. B. (2019). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Empresas Participantes do Mercado Acionário Brasileiro**. Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil, 19. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/338531937\\_Objeticos\\_de\\_Development\\_o\\_Sustentavel\\_e\\_as\\_Empresas\\_Participantes\\_do\\_Mercado\\_Acionario\\_Brasileiro](https://www.researchgate.net/publication/338531937_Objeticos_de_Development_o_Sustentavel_e_as_Empresas_Participantes_do_Mercado_Acionario_Brasileiro). Acesso em: 25 out. 2021

SCLIAR, MOACYR. **Programa Nacional de Imunizações**. BVSMS. Brasília, 2003. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro\\_30\\_anos\\_pni.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf). Acesso em: 5 abr. 2022.

SENADO FEDERAL. **Mais mulheres na política. Brasília: Secretaria de Editoração e Publicações**. Segraf, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: 13 de mar. de 2021.

SORICE, GABRIELA. **Erradicação da Pobreza**. UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/erradicacao-da-pobreza/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SOUZA, Joao Paulo **A mortalidade materna e os novos objetivos de desenvolvimento sustentável (2016-2030)**. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia [online]. 2015, v. 37, n. 12. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SO100-720320150005526>. Acesso em: 24 out. 2021.

SOUZA, L. B. Leonardo. **Você sabe qual é a Taxa de Reciclagem de alguns resíduos que produzimos?**. Autossustentável. Disponível em: <https://autossustentavel.com/2021/11/taxa-reciclagem-residuos.html>. Acesso em 13 mar. de 2021.

SOUZA, CAMILA. **Mais de 25% das mortes por chuvas no Brasil nos últimos 10 anos ocorreram em 2022**. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. 2022. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mais-de-25-das-mortes-por-chuvas-no-brasil-nos-ultimos-10-anos-ocorreram-em-2022>. Acesso em: 29 maio 2022.

SPÍNDOLA, MARIANA. **Mulheres e Política: acesso feminino aos cargos políticos**. IBGC. 2021. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/blog/mulheres-politica-acesso-feminino-aos-cargos-politicos>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E ENERGÉTICOS. **Estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia 2030**. EPE. 2021. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-490/topico-522/Caderno%20de%20Consolida%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Resultados.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

TEIXEIRA, NATALIA. **Brasil registra queda de 88,3% no número de refugiados entre 2020 e 2021**. CNN BRASIL. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registra-queda-de-88-3-no-numero-de-refugiados-entre-2020-e-2021>. Acesso em: 01 maio 2022.

TORRESI, S. I. Córdoba de, P., Vera L. e Ferreira, V. F. **O que é sustentabilidade?** Química Nova 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-40422010000100001>. Acesso em: 30 out. 2021

TRATA BRASIL. **BRASIL APRESENTA EVOLUÇÃO MÍNIMA NOS INDICADORES DE SANEAMENTO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS**. 2021. Disponível em: <https://www.tratabrasil.org.br/pt/blog-trata/saneamento-blog/brasil-apresenta-evolucao-minima-nos-indicadores-de-saneamento-nos-ultimos-5-anos>. Acesso em: 15 mar. 2022.

UNFPA BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. UNFPA. 2021. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 18 out. 2021.

UNICRIO. **Como trabalhar na ONU?** UNIC RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO, 2021. Disponível em: <https://unicrio.org.br/trabalho/>. Acesso em: 07 out. 2021.

VILELA, PEDRO RAFAEL. **Plano do governo apresenta metas para reduzir desmatamento na Amazônia**. AGÊNCIA BRASIL. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/plano-do-governo-apresenta-metas-para-reduzir-desmatamento-na-amazonia-0>. Acesso em: 29 maio 2022.

## **ANEXO A - METAS DA AGENDA 2030**

### **OBJETIVO 1**

1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo micro finanças.

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.

1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

### **OBJETIVO 2**

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos

benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

### **OBJETIVO 3**

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.

3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo

3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.

3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos

3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde

#### **OBJETIVO 4**

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

#### **OBJETIVO 5**

- 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
- 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
- 5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.
- 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.
- 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
- 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.
- 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
- 5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.
- 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

## **OBJETIVO 6**

- 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.
- 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.
- 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.
- 6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.
- 6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.
- 6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.
- 6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.

6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

## **OBJETIVO 7**

7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.

7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.

## **OBJETIVO 8**

8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos.

8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [*Aid for Trade*] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.

8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].

## **OBJETIVO 9**

9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.

9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.

9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.

9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.

9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.

9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.

## **OBJETIVO 10**

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.

10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.

10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.

10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC.

10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.

10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.

## **OBJETIVO 11**

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

## **OBJETIVO 12**

12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

## **OBJETIVO 13**

13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível.

13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

## **OBJETIVO 14**

14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.

14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.

14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.

14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.

14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio.

14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento,

em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.

14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”.

## **OBJETIVO 15**

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.

15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.

15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.

15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.

15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.

15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.

15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.

15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.

15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

**OBJETIVO 16**

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

**OBJETIVO 17**

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos.

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.

17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.

17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos.

Tecnologia

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.

#### Capacitação

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

#### Comércio

17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020.

17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.

#### Questões sistêmicas

##### Coerência de políticas e institucional

17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

##### As parcerias multissetoriais

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

##### Dados, monitoramento e prestação de contas

17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em

desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.



## ANEXO B - INDICADORES DA AGENDA 2030

### OBJETIVO 1

Indicador 1.1.1 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)

Indicador 1.2.1 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)

Indicador 1.2.2 - Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais

Indicador 1.3.1 - Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com deficiência, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis

Indicador 1.4.1 - Proporção da população que vive em domicílios com acesso a serviços básicos

Indicador 1.4.2 - Proporção da população adulta total com direitos de posse da terra garantidos, com documentação legalmente reconhecida e que percebe os seus direitos à terra como seguros, por sexo e por tipo de posse

Indicador 1.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes

Indicador 1.5.2 - Perdas econômicas diretas atribuídas a desastres em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) global

Indicador 1.5.3 - Número de países que adotaram e implementaram estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030

Indicador 1.5.4 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres

Indicador 1.a.1 - Subsídios totais de assistência oficial ao desenvolvimento, de todos os doadores que se concentram na redução da pobreza, como uma parte da renda nacional bruta do país destinatário

Indicador 1.a.2 - Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social)

Indicador 1.b.1 - Gastos sociais públicos para os menos favorecidos

### OBJETIVO 2

Indicador 2.1.1 - Prevalência de subalimentação

Indicador 2.1.2 - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseado na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES)

Indicador 2.2.1 - Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade

Indicador 2.2.2 - Prevalência de mal nutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de mal nutrição (baixo peso e excesso de peso)

Indicador 2.2.3 - Prevalência de anemia em mulheres de 15 a 49 anos, segundo estado de gravidez

Indicador 2.3.1 - Volume de produção por unidade de trabalho por dimensão da empresa agrícola/pastoril/florestal

Indicador 2.3.2 - Renda média dos pequenos produtores de alimentos, por sexo e condição de indígena

Indicador 2.4.1 - Proporção da área agrícola sob agricultura produtiva e sustentável

Indicador 2.5.1 - Número de recursos genéticos vegetais e animais para a alimentação e agricultura, protegidos a médio ou longo prazo em instalações de conservação

Indicador 2.5.2 - Proporção de raças locais classificadas como em risco de extinção.

Indicador 2.a.1 - Índice de orientação agrícola para a despesa pública

Indicador 2.a.2 - Total de fluxos oficiais (ajuda pública ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais) para o setor agrícola

Indicador 2.b.1 - Subsídios às exportações agrícolas

Indicador 2.c.1 - Indicador de anomalias dos preços de alimentação

### **OBJETIVO 3**

Indicador 3.1.1 - Razão de mortalidade materna

Indicador 3.1.2 - Proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado

Indicador 3.2.1 - Taxa de mortalidade em menores de 5 anos

Indicador 3.2.2 - Taxa de mortalidade neonatal

Indicador 3.3.1 - Número de novas infecções por HIV por 1 000 habitantes, por sexo, idade e populações específicas

Indicador 3.3.2 - Incidência de tuberculose por 100.000 habitantes

Indicador 3.3.3 - Taxa de incidência da malária por 1 000 habitantes

Indicador 3.3.4 - Taxa de incidência da hepatite B por 100 mil habitantes

Indicador 3.3.5 - Número de pessoas que necessitam de intervenções contra doenças tropicais negligenciadas (DTN)

Indicador 3.4.1 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias

Indicador 3.4.2 - Taxa de mortalidade por suicídio

Indicador 3.5.1 - Cobertura das intervenções (farmacológicas, psicossociais, de reabilitação e de pós-tratamento) para o tratamento do abuso de substâncias

Indicador 3.5.2 - Consumo de álcool em litros de álcool puro per capita (com 15 anos ou mais) por ano

Indicador 3.6.1 - Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito

Indicador 3.7.1 - Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos modernos de planejamento familiar

Indicador 3.7.2 - Número de nascidos vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários

Indicador 3.8.1 - Cobertura da Atenção Primária à Saúde

Indicador 3.8.2 - Proporção de pessoas em famílias com grandes gastos em saúde em relação ao total de despesas familiares

Indicador 3.9.1 - Taxa de mortalidade por poluição ambiental (externa e doméstica) do ar

Indicador 3.9.2 - Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene

Indicador 3.9.3 - Taxa de mortalidade atribuída a intoxicação não intencional

Indicador 3.a.1 - Prevalência do consumo atual de tabaco na população de 15 anos ou mais

Indicador 3.b.1 - Taxa de cobertura vacinal da população em relação às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação

Indicador 3.b.2 - Ajuda oficial ao desenvolvimento total líquida para a investigação médica e para os setores básicos de saúde

Indicador 3.b.3 - Proporção de estabelecimentos de saúde que dispõem de um conjunto básico de medicamentos essenciais e relevantes disponíveis e a custo acessível numa base sustentável

Indicador 3.c.1 - Número de profissionais de saúde por habitante

Indicador 3.d.1 - Capacidade para o Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e preparação para emergências de saúde

Indicador 3.d.2 - Porcentagem de infecções da corrente sanguínea, devido a organismos resistentes a antimicrobianos selecionados

#### **OBJETIVO 4**

Indicador 4.1.1 - Proporção de crianças e jovens: (a) nos segundo e terceiro anos do ensino fundamental; (b) no final dos anos iniciais do ensino fundamental; e c) no final dos anos finais do ensino fundamental, que atingiram um nível mínimo de proficiência em (i) leitura e (ii) matemática, por sexo

Indicador 4.1.2 - Taxa de conclusão do ensino fundamental e ensino médio

Indicador 4.2.1 - Proporção de crianças com idade entre 24-59 meses que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo

Indicador 4.2.2 - Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), por sexo

Indicador 4.3.1 - Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos 12 meses, por sexo

Indicador 4.4.1 - Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade

Indicador 4.5.1 - Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1<sup>o</sup>/5<sup>o</sup> quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados

Indicador 4.6.1 - Percentual da população de determinado grupo etário que atingiu pelo menos o nível mínimo de proficiência em (a) leitura e escrita e (b) matemática, por sexo

Indicador 4.7.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes

Indicador 4.a.1 - Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH)

Indicador 4.b.1 - Volume dos fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo por área e tipo de estudo

Indicador 4.c.1 - Proporção de professores que receberam a qualificação mínima exigida, por nível de ensino

#### **OBJETIVO 5**

Indicador 5.1.1 - Existência ou não de arcabouço legal em vigor para promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não-discriminação com base no sexo

Indicador 5.2.1 - Proporção de mulheres e meninas de 15 anos de idade ou mais que sofreram violência física, sexual ou psicológica, por parte de um parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade

Indicador 5.2.2 - Proporção de mulheres e meninas de 15 anos ou mais que sofreram violência sexual por outras pessoas não parceiras íntimas, nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência

Indicador 5.3.1 - Proporção de mulheres com idade de 20 a 24 anos que casaram ou viveram em união de fato antes dos 15 anos e antes dos 18 anos de idade

Indicador 5.3.2 - Proporção de meninas e mulheres com idade entre 15 e 49 anos que foram submetidas a mutilação genital feminina, por grupo etário

Indicador 5.4.1 - Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, por sexo, idade e localização

Indicador 5.5.1 - Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais

Indicador 5.5.2 - Proporção de mulheres em posições gerenciais

Indicador 5.6.1 - Proporção de mulheres com idade entre 15 e 49 anos que tomam decisões informadas sobre suas relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados com saúde reprodutiva

Indicador 5.6.2 - Número de países com legislação e regulamentação que garantam o acesso pleno e igualitário de mulheres e homens, com 15 anos ou mais de idade, aos cuidados, informação e educação em saúde sexual e reprodutiva

Indicador 5.a.1 - (a) Proporção da população agrícola total com propriedade ou direitos assegurados sobre terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre proprietários e detentores de direitos sobre terras agrícolas, por tipo de posse

Indicador 5.a.2 - Proporção de países onde as estruturas legais (incluindo o direito consuetudinário) garantem às mulheres direitos iguais à propriedade e / ou controle da terra

Indicador 5.b.1 - Proporção de pessoas que possuem telefone celular móvel, por sexo

Indicador 5.c.1 - Proporção de países com sistemas para monitorar e fazer alocações públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres

## **OBJETIVO 6**

Indicador 6.1.1 - Proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura

Indicador 6.2.1 - Proporção da população que utiliza (a) serviços de saneamento gerenciados de forma segura e (b) instalações para lavagem das mãos com água e sabão

Indicador 6.3.1 - Proporção do fluxo de águas residuais doméstica e industrial tratadas de forma segura

Indicador 6.3.2 - Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental

Indicador 6.4.1 - Alteração da eficiência no uso da água ao longo do tempo

Indicador 6.4.2 - Nível de stress hídrico: proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis

Indicador 6.5.1 - Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100)

Indicador 6.5.2 - Proporção das áreas de bacias hidrográficas transfronteiriças abrangidas por um acordo operacional para cooperação hídrica

Indicador 6.6.1 - Alteração na extensão dos ecossistemas relacionados a água ao longo do tempo

Indicador 6.a.1 - Montante de ajuda oficial ao desenvolvimento na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa

Indicador 6.b.1 - Proporção das unidades administrativas locais com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento

## **OBJETIVO 7**

Indicador 7.1.1 - Percentagem da população com acesso à eletricidade

Indicador 7.1.2 - Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpos

Indicador 7.2.1 - Participação das energias renováveis na Oferta Interna de Energia (OIE)

Indicador 7.3.1 - Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB

Indicador 7.a.1 - Fluxos financeiros internacionais para países em desenvolvimento para apoio à pesquisa e desenvolvimento de energias limpas e à produção de energia renovável, incluindo sistemas híbridos

desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio

Indicador 7.b.1 - Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita)

## **OBJETIVO 8**

Indicador 8.1.1 - Taxa de crescimento real do PIB per capita

Indicador 8.2.1 - Taxa de variação anual do PIB real por pessoa ocupada

Indicador 8.3.1 - Proporção de trabalhadores ocupados em atividades informais, por setor e sexo

Indicador 8.4.1 - Pegada material, pegada material per capita e pegada material em percentagem do PIB

Indicador 8.4.2 - Consumo interno de materiais, consumo interno de materiais per capita e consumo interno de materiais por unidade do PIB

Indicador 8.5.1 - Salário médio por hora de empregados por sexo, por ocupação, idade e pessoas com deficiência

Indicador 8.5.2 - Taxa de desocupação, por sexo, idade e pessoas com deficiência

Indicador 8.6.1 - Percentagem de jovens (15-24) que não estão na força de trabalho (ocupados e não ocupados), não são estudantes e nem estão em treinamento para o trabalho

Indicador 8.7.1 - Proporção e número de crianças de 5-17 anos envolvidos no trabalho infantil, por sexo e idade

Indicador 8.8.1 - Taxas de frequência de lesões ocupacionais fatais e não fatais, por sexo e situação de migração

Indicador 8.8.2 - Nível de conformidade nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e situação de migração

Indicador 8.9.1 - Turismo em percentagem do PIB e taxa de variação

Indicador 8.10.1 - (a) Número de agências bancárias por 100 000 adultos e (b) número de postos de multibanco (ATM) por 100 000 adultos

Indicador 8.10.2 - Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro

Indicador 8.a.1 - Compromissos e desembolsos no âmbito da Iniciativa de Ajuda ao Comércio

Indicador 8.b.1 - Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional para o emprego

## **OBJETIVO 9**

Indicador 9.1.1 - Proporção de população residente em áreas rurais que vive num raio de 2 km de acesso a uma estrada transitável em todas as estações do ano

Indicador 9.1.2 - Passageiros e cargas transportados por modalidade de transporte

Indicador 9.2.1 - Valor adicionado da indústria em proporção do PIB e per capita

Indicador 9.2.2 - Emprego na indústria em proporção do emprego total

Indicador 9.3.1 - Proporção do valor adicionado das empresas de "pequena escala" no total do valor adicionado da indústria

Indicador 9.3.2 - Proporção de microempresas com empréstimos contraídos ou linhas de crédito

Indicador 9.4.1 - Emissão de CO2 pelo PIB

Indicador 9.5.1 - Dispendio em P&D em proporção do PIB

Indicador 9.5.2 - Pesquisadores (em equivalência de tempo integral) por milhão de habitantes

Indicador 9.a.1 - Total de apoio internacional oficial (ajuda oficial ao desenvolvimento e outros fluxos oficiais) à infraestrutura

Indicador 9.b.1 - Proporção do valor adicionado nas indústrias de média e alta intensidade tecnológica no valor adicionado total

Indicador 9.c.1 - Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

## **OBJETIVO 10**

Indicador 10.1.1 - Taxa de crescimento das despesas domiciliares ou rendimento per capita entre os 40% com os menores rendimentos da população e a população total

Indicador 10.2.1 - Proporção da pessoas vivendo abaixo de 50% da mediana da renda, por sexo, idade e pessoas com deficiência

Indicador 10.3.1 - Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos

Indicador 10.4.1 - Proporção das remunerações no PIB, incluindo salários e as transferências de proteção social

Indicador 10.4.2 - Impacto redistributivo da política fiscal

Indicador 10.5.1 - Indicadores de Solidez Financeira

10.5.1a - Índice de Patrimônio de Referência Nível I sobre Ativos Totais Ajustados (B1B2)

10.5.1b - Índice de Patrimônio de Referência Nível I

10.5.1c - Índice de Inadimplência líquida de provisões sobre capital

10.5.1d - Índice de Inadimplência da carteira de crédito

10.5.1e - Retorno sobre ativos (B1B2)

10.5.1f - Ativos líquidos sobre passivos de curto prazo

10.5.1g - Posição aberta líquida em moeda estrangeira sobre capital

Indicador 10.6.1 - Proporção de membros e direito de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais

Indicador 10.7.1 - Custo de recrutamento suportado pelo empregado em proporção do rendimento anual auferido no país de destino

Indicador 10.7.2 - Número de países que implementaram políticas de migração bem geridas

Indicador 10.7.3 - Número de pessoas que morreram ou desapareceram no processo de migração internacional

Indicador 10.7.4 - Proporção da população de refugiados, por país de origem

Indicador 10.a.1 - Proporção de linhas tarifárias com tarifa zero aplicadas às importações provenientes dos países menos desenvolvidos e dos países em desenvolvimento

Indicador 10.b.1 - Total de fluxos de recursos para o desenvolvimento, por beneficiário e país doador, e tipo de fluxo (ex. ajuda pública ao desenvolvimento, investimento direto estrangeiro e outros fluxos)

Indicador 10.c.1 - Custos das remessas em proporção do valor remetido

## **OBJETIVO 11**

Indicador 11.1.1 - Proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados

Indicador 11.2.1 - Proporção de população que tem acesso adequado a transporte público, por sexo, idade e pessoas com deficiência

Indicador 11.3.1 - Razão da taxa de consumo do solo pela taxa de crescimento da população

Indicador 11.3.2 - Proporção de cidades com uma estrutura de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana que opera de forma regular e democrática

Indicador 11.4.1 - Total da despesa (pública e privada) per capita gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural, por tipo de patrimônio (cultural, natural, misto e por designação do Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local), tipo de despesa (despesas correntes/de investimento) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, setor privado sem fins lucrativos e patrocínios)

Indicador 11.5.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes

Indicador 11.5.2 - Perdas econômicas diretas em relação ao PIB, incluindo danos causados por desastres em infraestruturas críticas e na interrupção de serviços básicos

Indicador 11.6.1 - Proporção de resíduos sólidos urbanos coletados e gerenciados em instalações controladas pelo total de resíduos urbanos gerados, por cidades

Indicador 11.6.2 - Nível médio anual de partículas inaláveis (ex: com diâmetro inferior a 2,5 µm e 10 µm) nas cidades (população ponderada)

Indicador 11.7.1 - Proporção da área construída cidades que é espaço público aberto para uso de todos, por sexo, idade e pessoas com deficiência

Indicador 11.7.2 - Proporção da população vítima de assédio físico ou sexual, por sexo, grupo etário, pessoas com deficiência e local da ocorrência, nos últimos 12 meses

Indicador 11.a.1 - Número de países que possuem políticas urbanas nacionais ou planos de desenvolvimento regional que (a) respondem à dinâmica populacional; (b)

garantem um desenvolvimento territorial equilibrado; e (c) possuem responsabilidade fiscal

Indicador 11.b.1 - Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030

Indicador 11.b.2 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres

## **OBJETIVO 12**

Indicador 12.1.1 - Número de países que incorporam o consumo e a produção sustentáveis em planos de ação nacionais ou como uma prioridade ou uma meta nas políticas nacionais

Indicador 12.2.1 - Pegada material, pegada material per capita e pegada material em percentagem do PIB

Indicador 12.2.2 - Consumo interno de materiais, consumo interno de materiais per capita e consumo interno de materiais por unidade do PIB

Indicador 12.3.1 - (a) Índice de perdas alimentares e (b) Índice de desperdício alimentar

Indicador 12.4.1 - Número de Partes em acordos multilaterais internacionais sobre resíduos perigosos e outros produtos químicos, no domínio do ambiente, que cumpram os seus compromissos e obrigações na transmissão de informações, conforme exigido por cada acordo relevante

Indicador 12.4.2 - Quantidade de resíduos perigosos gerados per capita e proporção de resíduos perigosos tratados, por tipo de tratamento

Indicador 12.5.1 - Taxa de reciclagem nacional por toneladas de material reciclado

Indicador 12.6.1 - Número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade

Indicador 12.7.1 - Número de países que implementam políticas e planos de ação para compras públicas sustentáveis

Indicador 12.8.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes

Indicador 12.a.1 - Capacidade instalada de geração de energia renovável nos países em desenvolvimento (em watts per capita)

Indicador 12.b.1 - Aplicação de instrumentos contábeis padronizados para monitorar os aspectos econômicos e ambientais da sustentabilidade do turismo

Indicador 12.c.1 - Montante de subsídios aos combustíveis fósseis por unidade do PIB (produção e consumo)

## **OBJETIVO 13**

Indicador 13.1.1 - Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes

Indicador 13.1.2 - Número de países que adotam e implementam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030

Indicador 13.1.3 - Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres

Indicador 13.2.1 - Número de países com Contribuições Nacionalmente Determinadas, estratégias de longo prazo, planos nacionais de adaptação, estratégias como reportadas nas comunicações nacionais e de adaptação

Indicador 13.2.2 - Emissões totais de gases de efeito estufa por ano

Indicador 13.3.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes

Indicador 13.a.1 - Quantidades fornecidas e mobilizadas em dólares dos Estados Unidos por ano em relação à meta continuada de mobilização coletiva existente do compromisso de US\$100 bilhões até 2025

Indicador 13.b.1 - Número de países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento com Contribuições Nacionalmente Determinadas, estratégias de longo prazo, planos nacionais de adaptação, estratégias como reportadas nas comunicações nacionais e de adaptação

## **OBJETIVO 14**

Indicador 14.1.1 - a) Índice de eutrofização costeira; e (b) densidade de detritos plásticos

Indicador 14.2.1 - Número de países que utilizam abordagens baseadas em ecossistemas para gerenciar áreas marinhas

Indicador 14.3.1 - Acidez média marinha (pH) medida num conjunto representativo de estações de coleta

Indicador 14.4.1 - Proporção da população de peixes (*fish stocks*) dentro de níveis biologicamente sustentáveis

Indicador 14.5.1 - Cobertura de áreas marinhas protegidas em relação às áreas marinhas

Indicador 14.6.1 - Progresso dos países, relativamente ao grau de implementação dos instrumentos internacionais visando o combate da pesca ilegal, não registrada (declarada) e não regulamentada (*IUU fishing*)

Indicador 14.7.1 - Pesca sustentável como uma proporção do Produto Interno Bruto (PIB) de pequenos Estados insulares em desenvolvimento, (*Small Islands Developing States*), de países menos desenvolvidos e todos os países

Indicador 14.a.1 - Proporção do total do orçamento de pesquisas alocado para pesquisas na área da tecnologia marinha

Indicador 14.b.1 - Progresso dos países relativamente ao grau de aplicação de uma estrutura (enquadramento) legal/ regulamentar/político e institucional que reconheça e proteja os direitos de acesso dos pescadores de pequena escala

Indicador 14.c.1 - Número de países com progressos na ratificação, aceitação e implementação, através de quadros legais, políticos e institucionais, de instrumentos relacionados com o oceano que implementam o direito internacional, tal como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, para a conservação e uso sustentável dos oceanos e seus recursos

## **OBJETIVO 15**

Indicador 15.1.1 - Área florestal como proporção da área total do território

Indicador 15.1.2 - Proporção de sítios importantes para a biodiversidade terrestre e de água doce cobertos por áreas protegidas, por tipo de ecossistema

Indicador 15.2.1 - Progressos na gestão florestal sustentável

Indicador 15.3.1 - Proporção do território com solos degradados

Indicador 15.4.1 - Cobertura de áreas protegidas de sítios importantes para a biodiversidade das montanhas

Indicador 15.4.2 - Índice de cobertura vegetal nas regiões de montanha

Indicador 15.5.1 - Índice das listas vermelhas

Indicador 15.6.1 - Número de países que adotaram quadros legislativos, administrativos e políticos para assegurar a partilha justa e equitativa de benefícios

Indicador 15.7.1 - Proporção da vida silvestre comercializada que foi objeto de caça furtiva ou de tráfico ilícito

Indicador 15.8.1 - Proporção de países que adotam legislação nacional relevante e recursos adequados para a prevenção ou o controle de espécies exóticas invasoras

Indicador 15.9.1 - (a) Número de países que estabeleceram metas nacionais em conformidade com a Meta 2 de Aichi do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011–2020 ou metas similares em suas estratégias e planos de ação nacionais para a biodiversidade e o progresso relatado no alcance dessas metas; e (b) integração da biodiversidade nas contas nacionais e sistemas de relatoria, definidos como implementação do Sistema de Contas Econômicas Ambientais

Indicador 15.a.1 - (a) Assistência oficial ao desenvolvimento em conservação e uso sustentável da biodiversidade; e (b) Receita gerada e financiamento mobilizado a partir de instrumentos econômicos relevantes para a biodiversidade

Indicador 15.b.1 - (a) Assistência Oficial ao Desenvolvimento em conservação e uso sustentável da biodiversidade; e (b) Receita gerada e financiamento mobilizado a partir de instrumentos econômicos relevantes para a biodiversidade

Indicador 15.c.1 - Proporção da vida silvestre comercializada que foi objeto de caça furtiva ou de tráfico ilícito

## **OBJETIVO 16**

Indicador 16.1.1 - Número de vítimas de homicídio intencional, por 100 000 habitantes, por sexo e idade

Indicador 16.1.2 - Óbitos relacionados com conflitos por 100 000 habitantes, por sexo, idade e causa

Indicador 16.1.3 - Proporção da população sujeita a violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses

Indicador 16.1.4 - Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive

Indicador 16.2.1 - Proporção de crianças com idade entre 1 e 17 anos que sofreram qualquer punição física e/ou e/ou agressão psicológica por parte de cuidadores no último mês

Indicador 16.2.2 - Número de vítimas de tráfico de pessoas por 100 000 habitantes, por sexo, idade e forma de exploração

Indicador 16.2.3 - Proporção de mulheres e homens jovens com idade entre 18 e 29 anos que foram vítimas de violência sexual até a idade de 18 anos

Indicador 16.3.1 - Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos

Indicador 16.3.2 - Proporção de presos sem sentença em relação à população prisional em geral

Indicador 16.3.3 - Proporção da população que teve alguma disputa nos últimos dois anos, e que acessou um mecanismo formal ou informal de resolução de disputas, por tipo de mecanismo

Indicador 16.4.1 - Valor total de entradas e saídas de fluxos financeiros ilícitos (em dólares americanos correntes)

Indicador 16.4.2 - Proporção de armas apreendidas, encontradas ou entregues, cuja origem ou contexto ilícito tenha sido detectado ou estabelecido por uma autoridade competente, em linha com instrumentos internacionais

Indicador 16.5.1 - Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses

Indicador 16.5.2 - Proporção de empresas que tiveram pelo menos um contato com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses

Indicador 16.6.1 - Despesas públicas primárias como proporção do orçamento original aprovado, por setor (ou por códigos de orçamento ou similares)

Indicador 16.6.2 - Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos

Indicador 16.7.1 - Proporções de cargos (por sexo, idade, pessoas com deficiência e grupos populacionais) em instituições públicas (legislativo nacional e locais, administração pública e tribunais) em relação às distribuições nacionais

Indicador 16.7.2 - Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, idade, deficiência e grupo populacional

Indicador 16.8.1 - Proporção de membros e direito de voto dos países em desenvolvimento em organizações internacionais

Indicador 16.9.1 - Proporção de crianças com menos de 5 anos cujos nascimentos foram registrados por uma autoridade civil, por idade

Indicador 16.10.1 - Número de casos verificados de homicídio, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, pessoal de mídia, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses

Indicador 16.10.2 - Número de países que adotam e implementam garantias constitucionais, estatutárias e/ou políticas para acesso público à informação

Indicador 16.a.1 - Existência de instituições nacionais independentes de direitos humanos, de acordo com os Princípios de Paris

Indicador 16.b.1 - Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos

## **OBJETIVO 17**

Indicador 17.1.1 - Total das receitas do Governo em percentagem do PIB, por fonte

Indicador 17.1.2 - Percentagem do orçamento do Governo financiada por impostos cobrados internamente

Indicador 17.2.1 - Assistência oficial ao desenvolvimento líquida, total e para os países menos desenvolvidos, como proporção do Rendimento Nacional Bruto (RNB) dos doadores do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Indicador 17.3.1 - Investimento direto estrangeiro, assistência oficial ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, como proporção do rendimento nacional bruto

Indicador 17.3.2 - Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total

Indicador 17.4.1 - Serviço da dívida como proporção das exportações de bens e serviços

Indicador 17.5.1 - Número de países que adotam e implementam regimes de promoção de investimentos para os países em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos

Indicador 17.6.1 - Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação

Indicador 17.7.1 - Montante total de financiamento para países em desenvolvimento para promover o desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ambientalmente seguras e racionais

Indicador 17.8.1 - Proporção de indivíduos que utilizam a Internet

Indicador 17.9.1 - Valor, em dólares, da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular) destinada a países em desenvolvimento

Indicador 17.10.1 - Média ponderada das tarifas aduaneiras à escala mundial

Indicador 17.11.1 - Participação das exportações provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos nas exportações globais

Indicador 17.12.1 - Média ponderada de tarifas aduaneiras aplicadas aos países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Indicador 17.13.1 - Painel de indicadores macroeconômicos

Indicador 17.14.1 - Número de países com mecanismos em vigor para reforçar a coerência política do desenvolvimento sustentável

Indicador 17.15.1 - Extensão do recurso a quadros de resultados e instrumentos de planeamento delineados pelos beneficiários [*country ownership*], por parte dos países fornecedores de cooperação para o desenvolvimento

Indicador 17.16.1 - Número de países que reportam progressos na eficácia dos quadros de monitoramento de múltiplos atores que apoiam o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável

Indicador 17.17.1 - Montante de dólares nos Estados Unidos destinados a parcerias público-privadas para infraestrutura

Indicador 17.18.1 - Indicador de capacidade estatística para monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Indicador 17.18.2 - Número de países que possuem legislação estatística nacional que cumpre os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais

Indicador 17.18.3 - Número de países com um plano estatístico nacional totalmente financiado e em execução, por fonte de financiamento

Indicador 17.19.1 - Valor em dólares de todos os recursos disponibilizados para fortalecer a capacidade estatística nos países em desenvolvimento

Indicador 17.19.2 - Proporção de países que (a) realizaram pelo menos um Recenseamento da População e da Habitação nos últimos 10 anos; e (b) atingiram 100% de registros de nascimento e 80% de registros de óbitos.